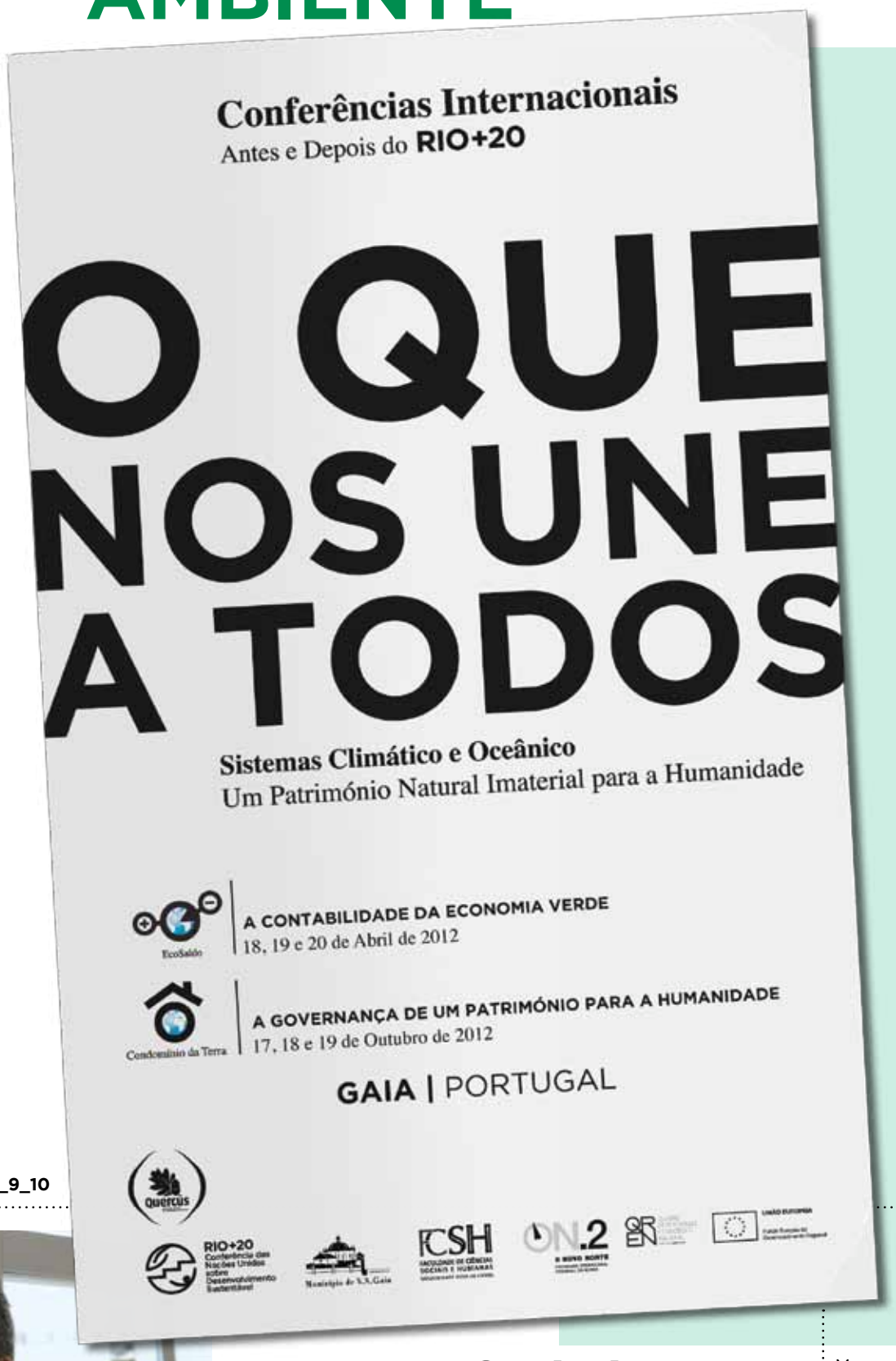
Janeiro/Fevereiro 2012
Ano 8_nº50
www.quercus.pt
Distribuição gratuita

Quercus
AMBIENTE



Página **8_9_10**

ENTREVISTA A JOSÉ SOBRINO HEREDIA

Catedrático de Derecho Internacional Público.
Director del Instituto Universitário de Estúdios Europeos
"Salvador de Madariaga". Universidade da Coruña

Página **4_5**

O PLANETA VAI MESMO AQUECER!

Página **18**

BALANÇO AMBIENTAL

Página **20_21**

Mecenas Principal

Mecenas Jornal

EDITAL

AVISO CONVOCATÓRIO
Assembleia-Geral Ordinária da Quercus
Associação Nacional de Conservação da Natureza
Lisboa, 31 Março de 2012, às 14:00Horas

De acordo com os artigos 16.º a 19.º dos Estatutos, convocam-se todos os associados da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza para uma reunião ordinária da Assembleia-Geral, a realizar na sede social, sita no Centro Associativo do Calhau, Bairro do Calhau, Parque Florestal de Monsanto, em Lisboa, no dia 31 de Março de 2012 (Sábado), com início às 14:00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apreciação e votação do balanço, relatório e contas da Direção Nacional, bem como do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2011;
2 – Eleição de novos membros para a Direcção Nacional;
3 – Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2012;
4 – Deliberação sobre alterações ao Regulamento Interno.

De acordo com o n.º 2 do art.º 19.º dos Estatutos, a Assembleia-Geral reunirá em primeira convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados, com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados.

Lisboa, 28 de Dezembro de 2011
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral
Maria de Lurdes Cravo Anjo

AVISO CONVOCATÓRIO
Assembleias de Núcleo da Quercus

De acordo com os estatutos da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, convocam-se todos os sócios residentes na área geográfica de intervenção de cada Núcleo Regional para as respetivas Assembleias de Núcleo, a realizar nas datas e locais abaixo listados e com a seguinte ordem de trabalhos:

1_Informações;
2_Apresentação e votação dos relatórios de atividades e de contas do ano de 2011;
3_Apresentação e votação dos planos de atividades e do orçamento para o ano de 2012;
4_Outros assuntos.

Datas e locais das Assembleias de Núcleo:
Assembleia do Núcleo Regional do Algarve
Data: 4 de fevereiro
Hora: 15:00 h
Local: Av. Lizarda Palermo, n5 5 lj7q; Moncaparacho
Sócio que preside à Mesa: Nélia Alfarrobinha

Assembleia do Núcleo Regional dos Açores
Data: 15 de fevereiro
Hora: 19:30 h
Local: Rua de São Miguel, nº 42; 9500-244 Ponta Delgada
Sócio que preside à Mesa: Ana Monteiro

Assembleia do Núcleo Regional de Aveiro
Data: 9 de fevereiro
Hora: 21:00 h
Local: Urbanização de Santiago, Bloco 25, R/C, em Aveiro
Sócio que preside à Mesa: João Paulo Pedrosa

Assembleia do Núcleo Regional de Beja
Data: 22 de fevereiro
Hora: 21:00 h
Local: sede do núcleo - Rua Afonso Costa nº 62 em Beja
Sócio que preside à Mesa: José Luís Maurício Margarido

Assembleia do Núcleo Regional de Braga
Data: 16 de fevereiro
Hora: 21:30 h
Local: na sede, Urbanização das Andorinhas, loja 7, Braga
Sócio que preside à Mesa: Ana Cristina Costa

Assembleia do Núcleo Regional de Bragança
Data: 14 de março
Hora: 17:30 h
Local: Moinho do Fervença
Sócio que preside à Mesa: Carlos Aguiar

Assembleia do Núcleo Regional de Castelo Branco
Data: 16 de fevereiro
Hora: 18:00 h
Local: sede do núcleo regional na Rua João Frade correia lote 7, loja direita; Castelo Branco
Sócio que preside à Mesa: Samuel Infante

Assembleia do Núcleo Regional de Coimbra
Data: 7 de março
Hora: 21:30 h
Local: Urbanização do Loreto, Lote 8, 5º C Coimbra
Sócio que preside à Mesa: Adelaide Chichorro Ferreira

Assembleia do Núcleo Regional da Guarda
Data: 18 de fevereiro
Hora: 17:30 h
Local: Auditório do Paço da Cultura
Sócio que preside à Mesa: Ricardo Nabais

Assembleia do Núcleo Regional de Lisboa
Data: 18 de fevereiro
Hora: 15:00 h
Local: Centro Associativo do Calhau, Bairro do Calhau 1500-045 Lisboa
Sócio que preside à Mesa: Vanda Marques

Assembleia do Núcleo Regional do Litoral Alentejano
Data: 26 de fevereiro
Hora: 15:00 h
Local: Salão do Núcleo Regional do Litoral Alentejano
Sócio que preside à Mesa: Dário Arsénio Brito Cardador

Assembleia do Núcleo Regional da Madeira
Data: 18 de fevereiro
Hora: 19:30 h
Local: sede do Núcleo; Mercado Municipal, Largo da Praça, Machico
Sócio que preside à Mesa: Idalina Perestrelo Luís

Assembleia do Núcleo Regional de Portalegre
Data: 7 de março
Hora: 18:00 h
Local: Escola Secundária S. Lourenço, Portalegre
Nome do sócio que presidirá à Mesa: José Janela

Assembleia do Núcleo Regional do Porto
Data: 25 de fevereiro
Hora: 15:00 h
Local: Quinta da Gruta - Maia
Sócio que preside à Mesa: José Pedro Pinto

Assembleia do Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura
Data: 17 de fevereiro
Hora: 21:30 h
Local: Centro de Educação Ambiental – Mata Municipal de Ourém
Sócio que preside à Mesa: Domingos Patacho

Assembleia do Núcleo Regional de Setúbal
Data: 4 de março
Hora: 15:00 h
Local: Centro de Cidadania Activa –SEIES;
Rua João Eloy do Amaral, nº 140; Setúbal
Sócio que preside à Mesa: Carla Graça

Assembleia do Núcleo Regional de Viana do Castelo
Data: 24 de fevereiro
Hora: 21:00 h
Local: sede do núcleo
Sócio que preside à Mesa: Esmeralda Maria Leal Rodrigues

Assembleia do Núcleo Regional de Vila Real
Data: 4 de março
Hora: 14h30 h
Local: sede do núcleo de Vila Real
Sócio que preside à Mesa: João Branco

A Assembleia de Núcleo reunirá em primeira convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito de voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados.

Lisboa, 30 de Dezembro de 2011
O Presidente da Direcção Nacional,
Nuno Sequeira

João José Sá

RUMO A 2012

Nuno Sequeira
Presidente da Direção Nacional da Quercus

No início de mais um ano cumpre-me desejar, em nome da Direção Nacional da Quercus, a todos os sócios, dirigentes, colaboradores e amigos, um excelente ano de 2012, pleno de sucessos pessoais e profissionais. Este novo ano não será com certeza fácil, mas existindo força, vontade e uma boa dose de bom senso, estamos certos que muitas das dificuldades serão bastante melhor ultrapassadas.

O ano de 2011 foi marcado pela crise financeira mundial que atingiu a Europa e Portugal em particular. Apesar das oportunidades que uma situação deste tipo poderia representar para a preservação do Ambiente, num contexto de alteração necessária de comportamentos, infelizmente, e tirando algumas exceções, essa mensagem parece ainda não ter passado para os cidadãos e para os decisores de uma forma geral. Assim, esta crise financeira, para além de ter como consequência a diminuição do bem-estar da população, acabou infelizmente também por desviar a atenção da opinião pública dos graves problemas ambientais que continuamos a viver, levando inclusivamente a comportamentos com objetivos limitados a curto prazo, ao invés de privilegiar ações com implicações positivas a médio e longo prazo.

Tal como em anos anteriores, a Quercus fez um balanço ambiental relativo ao ano de 2011, tendo selecionando os melhores e os piores factos que na sua opinião marcaram o ano que passou. Foram na ocasião destacados alguns factos negativos tais como o desinvestimento nos transportes públicos por parte do Governo, o atraso na elaboração dos planos de Região Hidrográfica, a teimosia na continuação do Programa Nacional de Barragens, a falta de controlo no Nemátodo da Madeira do Pinheiro e a falta de fiscalização e ilegalidades na área dos Resíduos. Igualmente mereceram destaque negativo o fim dos incentivos fiscais às energias renováveis e à eficiência energética no Orçamento de Estado para 2012, a falta de recursos afetos ao controlo da qualidade do ar e da água, os transvases no rio Tejo e o Acidente nuclear na Central Nuclear de Fukoshima.

Ao nível ambiental, alguns desafios ir-se-ão colocar no panorama nacional durante o ano de 2012, passando estes por exemplo pelo debate relativo ao futuro da floresta em Portugal, numa fase em que assiste a um declínio das florestas de pinheiro-bravo nas áreas do centro e norte do País e em que alguns sectores de interesse pretendem a expansão das áreas de eucalipto em Portugal. Mas também alguns outros temas tais como o desempenho ambiental da EDP, a limitação à exportação de materiais recicláveis e o reforço da produção agrícola nacional (de forma sustentável) terão presença ao longo deste ano que, internacionalmente, será dedicado à Energia Sustentável para Todos e ficará marcado pela realização, no rio de janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, o Rio + 20.

Indo continuar por certo o panorama nacional de 2012 a ser marcado pela crise económica, e sendo de prever que esta se faça sentir em grande parte da sociedade, é pois de esperar que existam constrangimentos transversais que incluirão naturalmente o Ambiente. O papel da Quercus será aqui o de alertar, de forma construtiva e ativa, para os riscos e consequências do abandono de determinadas políticas ambientais que possam vir a ocorrer, com todas as implicações a médio e a longo prazo dessas opções.

Também o ano de 2012 começa para a Quercus com o desafio de se conseguir continuar a afirmar como uma referência nacional e internacional ao nível do trabalho associativo e voluntário, em prol das diferentes temáticas ambientais. Todas as histórias se fazem de continuidades e rupturas, e é necessário que sejam as maiorias a definir o que querem verdadeiramente para a sua Associação. Nesse sentido, deixo desde já o apelo para que todos os sócios compareçam nas suas Assembleias de Núcleo, que vão decorrer em fevereiro e março em todo o país, e façam ouvir a sua voz, de preferência colaborando com os trabalhos que todos os dias se vão desenvolvendo de forma descentralizada, fruto do trabalho constante e esforçado de centenas de dirigentes e colaboradores. De igual modo, será determinante que os sócios compareçam na Assembleia-Geral do dia 31 de março, na sede nacional em Lisboa, de forma a inteirar-se um pouco melhor da nossa realidade associativa e definir o rumo futuro da Quercus ao longo do presente ano.
Um bom ano de 2012 a todos!

MACROSCÓPIO

Porque razão acha que o próprio sistema climático deveria ser um Património da Humanidade?
Bom é uma ideia bonita, é uma ideia sugestiva, é uma ideia nova, e eu acredito que é uma ideia que pode produzir valor acrescentado. É uma ideia que tem fundamento jurídico também, quer dizer que não é algo artificial, isto significa que podemos encontrar uma base política, um fundamento, que permita que o sistema climático unido a outros sistemas naturais, que constitua um Património logicamente de natureza imaterial da Humanidade. É novidade pelo seu objeto de pensamento, porque a ideia de património comum da humanidade remonta há muitos anos atrás quando Países em vias de desenvolvimento fizeram sua a bandeira de que as riquezas do mundo na sua globalidade deveriam estar na nossa geração e nas gerações futuras. Pensaram utilizá-la em algo material e imaterial, material porque eram os recursos dos fundos marinhos e oceânicos, os nódulos polimetálicos, mas pouco a pouco se foi anexando a esses recursos materiais outros recursos que são menos materiais, por exemplo, o clima no fundo mar. A situação no fundo do mar, porque tudo é dependente, é todo um conjunto, é uma globalidade. Enfim, penso que o projeto de considerar o sistema climático num património comum da humanidade, tem como objetivo que esse património seja gerido por uma autoridade que esteja acima dos estados, no que se refere logicamente ao clima.

Os sistemas oceânicos e climáticos são o "que nos une a todos". Porque todos temos o direito de os usar e nenhum ser humano pode ser excluído do seu consumo, será esse o verdadeiro Património da Humanidade?
Completamente de acordo. O sistema climático e dentro deste o sistema dos mares e oceânico visto que são um todo, são comuns, não se podem dividir. Está mais que demonstrado que o que o afeta num âmbito tem logo as suas consequências no outro. Se há um espaço físico mais sensível às alterações climáticas, creio que o mais importante é o sistema oceânico, é um todo, é um conjunto.

O conceito de Património imaterial natural pode ser um caminho possível para capturar e internalizar fatores essenciais para a nossa existência, e que hoje são considerados como "externalidades". Acha que é um instrumento indicado para construir uma contabilidade das relações globais?
Bem. Património é uma ideia. É uma ideia jurídica, é uma ideia filosófica, mas agora vamos falar em termos jurídicos do património que é algo que é necessário conservar. Conservar no interesse de todos. Então a gestão de um património no interesse de todos é porque é multilateral, é mais sensível, mais difícil de forma bilateral entre soberanias. Os países estão fechados nas suas fronteiras, nos seus territórios, nos seus quadros políticos de atuação. Se combinarmos a ideia de património com a ideia de uma autoridade internacional, e se lhe atribuirmos competências relativas, não são necessárias muitas, mas certas competências para estabelecer um quadro de atuação multilateral, creio que se resolveriam muitas das tensões atuais. Mas claro para o conseguir, seria necessário conseguir que certos países que neste momento estão emergindo, como que o Brasil, o México, Índia, China, para citar os mais relevantes, aceitem ceder certas parcelas do exercício da soberania, não digo da soberania, mas do exercício da soberania em temas ambientais ou simplesmente climáticos a uma autoridade internacional, em conjunto com os outros países, não é simples. Seria necessário verificar o sistema que neste momento esta em funcionamento na autoridade internacional dos fundos marinhos e oceânicos. Foi um projeto que começou como um grande projeto futurista, com concessão de competências soberanas, e hoje é um mecanismo que eu creio que funciona bastante bem. Que equilibra os interesses das grandes empresas, há que as ter em conta, porque estão na vida económica das grandes potências, com os interesses das potências que não têm tecnologia para explorar os seus fundos. Esta perspetiva pragmática que está aqui a ser utilizada, poderia aplicar-se aos sistemas climáticos e oceânicos.

"PATRIMÓNIO É UMA IDEIA. (...) PATRIMÓNIO QUE É ALGO QUE É NECESSÁRIO CONSERVAR. CONSERVAR NO INTERESSE DE TODOS."

a **José Manuel Sobrino Heredia**
Catedrático de Derecho Internacional Público.
Director del Instituto Universitário de Estúdios Europeos
"Salvador de Madariaga". Universidade da Coruña

ENTREVISTA

Paulo Magalhães

Esta ideia pode servir de alicerce para construção de um sistema jurídico-económico, com a justiça e reciprocidade necessárias para viabilizar um projeto coletivo de recuperação da biocapacidade do planeta?
É uma ideia. Eu penso que esta ideia para ser mais do que uma ideia, tem que institucionalizar-se. Por exemplo agora em Durban, discutiu-se sobre dinheiro, isto é com que dinheiro se vai alimentar o fundo verde climático. Mas quem o vai gerir? Quem vai dar esse dinheiro vai estar preocupado com o destino do dinheiro. Não se podem colocar nas mãos de governos, sobre tudo em países em que os governos são voláteis, onde não há estabilidade política, e não se pode financiar um programa planificadamente, porque em dois anos pode haver uma mudança violenta anticonstitucional do sistema. Há pouca segurança na utilização do dinheiro. Se este fosse um mecanismo institucional internacional, penso que os países doadores aceitariam melhor a entrega desse dinheiro. Penso mesmo que por não existir esse mecanismo, esse dinheiro não se vai entregar, visto ser um valor elevado, não vai existir esse fundo 100.000 milhões de dólares anuais. Os países em desenvolvimento não são capazes de utilizar esse dinheiro, da mesma forma como não são capazes de utilizar o fundo europeu de desenvolvimento. Será necessário procurar alianças e isto só pode ser no quadro de uma estrutura institucional. É também importante que o setor privado não esteja afastado, porque fundamentalmente é o setor privado que contamina. É claro que o setor privado não quer participar num programa de investimento numa economia limpa, e ao fim de um ano existir uma mudança de governo ou de normas. Uma instituição internacional daria essa segurança jurídica.

O reconhecimento deste Património pode constituir a desejada evolução jurídica de um conceito indeterminado e genérico como o *"Common Concern of Mankind"*, em algo mais palpável que não exista apenas no espírito dos seres humanos como "preocupação"?
Sem duvida nenhuma. Não é apenas uma preocupação ou interesse da humanidade está numa escala superior, é a existência de um património imaterial, é a noção patrimonial. Existe algo que devemos conservar, existe algo que tem um valor, que se pode quantificar, é difícil de quantificação, mas há um valor que se deve proteger. Esta é a ideia de património. Enquanto a ideia de humanidade não é algo adquirido do direito internacional. A noção de humanidade não é nenhuma novidade, e não vem de agora, o que se passa é que entrou mais lentamente no mundo do meio ambiente do que noutros cenários internacionais. Por exemplo o direito internacional humanitário faz referência à humanidade, o direito internacional penal faz referência à humanidade. Neste momento pode-se estar julgando, nos tribunais adoc do Ruanda ou na Jugoslávia ou no Tribunal de Haia (Tribunal Penal Internacional), certos indivíduos por terem cometido crimes contra a humanidade. Então não é nenhuma novidade, é uma questão de pensar e refletir e unir ambos os pólos, Património e Humanidade e ligá-lo ao meio ambiente ou a algo mais concreto como o sistema climático.

Então um dano grave contra o sistema climático, seria um dano contra esse património e portanto contra toda a humanidade?
No ante-projeto da Comissão de Direito Internacional existia um artigo (hoje já não existe), o artigo 19, que definia os crimes internacionais. E entre os crimes internacionais além do crime contra a humanidade, o crime de guerra, de agressão, etc, mencionava também um crime de contaminação massiva dos mares, considerando-o como um crime internacional. Um crime internacional, não só dá lugar a uma reparação, como pode dar lugar a uma sanção internacional. Gera uma obrigação de natureza legal, e não apenas o que sofre a lesão pode iniciar um processo contra o estado infrator, mas qualquer estado do mundo, porque é um crime contra a humanidade.

Estes fenómenos globais e intergeracionais não se encaixam num mundo dicotómico de "Mercado" e "Estado". É neste contexto que surge o instituto jurídico do condomínio, como uma terceira via de gestão integrada de diferentes formas da propriedade que se sobrepõem sobre um mesmo bem. Pensa que esta é uma propriedade híbrida, poderá ser conceptualmente ampliada para o planeta?
Para o direito internacional a ideia de condomínio não é nova. Historicamente foi utilizada a ideia de condomínio, esse equilíbrio entre o individual e o coletivo, sobretudo em períodos coloniais, por exemplo, o condomínio das zonas híbridas e também em territórios que têm uma difícil determinação da soberania territorial, por exemplo, a ilha dos Faisões entre Espanha e França, e noutras zonas do mundo. Responsabilidade e condomínio são compatíveis. E existem outras práticas que lhe são muito próximas. Hoje em dia os âmbitos jurídicos não são compartimentos estanques, mas são purosos e comunicam. A soberania não é algo absoluto, é relativo, é maleável, não é com no século XIX, a soberania hoje em dia permite que haja uma atribuição do exercício de certos âmbitos de soberania a outras instituições. Vemos todos os dias os portugueses e espanhóis, talvez mais os espanhóis, porque por um lado temos a União Europeia por outro lado temos as comunidades autónomas. Então estamos acostumados que uma matéria atue em diferentes níveis de poder político, simplesmente introduz-se princípios adequados de organização, o princípio de subsidiariedade, o principio proporcionalidade, princípio de atribuição de competências, e se funcionam bem a nível de estado espanhol e a nível de União Europeia, também se pode projectar a um nível superior porque o princípio de subsidiariedade poderia ser um princípio perfeitamente aplicável ao património comum da humanidade. Neste sentido e quando a dimensão do problema ambiental, vai mais adiante que as possibilidades de cada estado tem para resolver de forma rápida, eficaz e efetiva, são nulas. Nestas matérias a realização dos interesses do estado só se realizam no seio de um quadro multilateral, e se houver uma autoridade superior, porque tem um maior campo de atuação, estamos a agir na dimensão do problema. Há uma série de mecanismos, procedimentos e princípios no âmbito jurídico que poderiam fortalecer esta ideia de Património da Humanidade.

A própria imaterialidade do conceito de sistema, pode constituir uma ferramenta para estruturar e organizar a sobreposição que existe entre as atividades realizadas no interior dos estados e os seus efeitos globais?
Este sistema é hipotético, visto que é uma ideia. Eu gosto desta ideia porque a palavra sistema em si significa algo que se organiza, normas e princípios organizados que se aplicam em determinado âmbito, e a instituições também. Penso que é importante fortalecer esta ideia, no momento atual em que estamos num deserto de ideias nesta matéria, porque penso que o mundo está preocupado com outras questões mais materiais, como o problema das crises financeiras e económicas. A ideia de património imaterial do sistema climático introduz um certo elemento emocionante, uma certa novidade. Penso que se poderia não eliminar, porque é impossível eliminar, mas suavizar os confrontos de soberanias, porque atualmente quando vamos a Durban, ou a Cancun ou Copenhaga o problema é que os estados se reafirmam uns sobre os outros e não cedem. Os chineses dizem aos americanos ou aos europeus, vocês contaminaram, a dívida ecológica é vossa, e agora toca-nos a nós aguentar e pagar. Isto é inviável porque é uma soberania contra outra soberania. É necessário procurar um sistema em que se perceba a globalidade do problema, e a necessidade de estabelecer uma instituição que se eleve e que dêem uma maior atenção a estas questões do meio ambiente e das alterações climáticas que desgraçadamente as têm passado para segundo plano.

UMA 3ª VIA INTEGRADA

Paulo Magalhães
Coordenador Condomínio da Terra

"Reconhece-se que as pessoas e a natureza são interdependentes e que os bens comuns globais – o ar e os oceanos, por exemplo – são recursos dos quais dependemos. Nós encorajamos as comunidades, governos e outras partes interessadas para gerirem e partilharem a responsabilidade da tomada de decisões na proteção e aumento dos frutos da natureza e da sociedade capazes de fundar a economia verde."

Adaptado da Resolução 64/236 da Assembleia Geral da ONU, de Março de 2010.

As alterações climáticas são um caso clássico de deterioração dos bens comuns. O uso partilhado de um mesmo bem por um grupo alargado de indivíduos, resulta numa sub-definição da propriedade. As soluções encontradas até hoje para estas situações, resumiram-se à divisão e privatização do bem, uma vez que a experiência demonstrou que a alternativa do uso comunitário desemboca numa inevitável "tragédia dos comuns". Com a crise ambiental global e a descoberta dos sistemas naturais globais, que são de todo insusceptíveis de divisão e apropriação, fomos confrontados com o abismo da tragédia.

Foi num contexto de uma "impossibilidade politica" de uma acção coletiva global, que em 2009 surgiu o reconhecimento pela Academia Sueca de um Nobel da Economia atribuído a Elinor Ostrom, pelo trabalho desenvolvido em torno da governança dos *Commons*. Com este trabalho, desmascarou-se a noção generalizada da fatalidade da tragédia comunitarista e abriram-se as portas à possibilidade de um *Happy End*. Nesta nova abordagem fica claro que existe a necessidade de desenvolver uma nova teoria para explicar fenómenos que não se encaixam num mundo dicotómico de "Mercado" e "Estado". É neste contexto que o instituto jurídico do condomínio pode surgir, como uma terceira via de gestão integrada de diferentes formas da propriedade que se sobrepõem sobre um mesmo bem. Esta propriedade híbrida é usada com sucesso comprovado em prédios, comunidades rurais e na gestão de recursos comuns entre países contíguos. Ao separar as diferentes responsabilidades e competências de gestão, consegue-se harmonizar os interesses normalmente opostos, tornando esta sobreposição de propriedades perfeitamente simbiótica.

É na esteira do caminho inovador desta 3ª via que o Projeto Condomínio da Terra trabalha desde 2007. Partindo da proposta do Prof. José Manuel Sobrino de aplicar a "abordagem jurídica formal de noção de Património Comum da Humanidade ao sistema climático, em si mesmo" que avançamos com a proposta de reconhecimento de um "Património Natural Imaterial da Humanidade" relativamente aos sistemas Climático e Oceânico, como forma de ultrapassar o "buraco negro" que estes sistemas representam hoje para a economia e para os sistemas jurídicos.
Esta opção da configuração de um sistema natural global como uma *res communis omnium*, isto é, como uma propriedade comum alargada a toda a humanidade, poderá vir a constituir um alicerce que possibilite a resolução a actual "falha de mercado" para onde se escapam factores vitais para a nossa vida, capturando e internalizando estas "externalidades" nesse património comum.

EcoSaldo

A CONTABILIDADE DA ECONOMIA VERDE
18, 19 e 20 de Abril de 2012

Condomínio da Terra

A GOVERNANÇA DE UM PATRIMÓNIO PARA A HUMANIDADE
17, 18 e 19 de Outubro de 2012

Dispersão de encargos e benefícios

Uma das questões estruturais que tornam obtenção de acordos em matéria ambiental numa verdadeira "impossibilidade política", é o problema da dispersão dos encargos (débitos) e benefícios (créditos) ambientais por todo o planeta, denominados como externalidades ambientais positivas ou negativas. Se para a economia esta "ausência de propriedade" leva à "falha de mercado" e ao uso ineficiente, para o direito essa "natureza global intangível" são considerados "interesses difusos" que vagueiam numa nebulosa jurídica de onde derivam conceitos indeterminados como Biosfera Património Comum da Humanidade, *Global Commons, Common Heritage of All Life*, etc.), em que se misturam elementos constitutivos da soberania do Estado e os interesses da humanidade.

Se formalmente esse problema pode ser ultrapassado através da constituição desse Património Comum, para que este reconhecimento não con stitua apenas uma declaração proclamatória bem intencionada, é necessário chegarmos a acordo quanto a um sistema de medir, comparar e valorar estes benefícios e encargos que se dispersam por toda a Humanidade.

A utilização deste suporte jurídico global de forma integrada com um sistema de contabilidade de benefícios e encargos, (uma condição estrutural para existência de um acordo), e ainda de um sistema de compensações aos povos que assegurem e promovam a disponibilização de benefícios comuns, poderão constituir a intervenção certa nas condições iniciais, para desencadearem a mudança. Desta forma poderão surgir as condições necessárias não só para construir uma economia que produza serviços ambientais vitais, como é ainda possível institucionalizar a gestão do património comum, com o objectivo de manter estes sistemas dentro da margem de manobra segura que os limites biofísicos do planeta nos impõem.

Para se atingir, em 2020, o objetivo do Plano Estratégico para a Biodiversidade adoptado na CBD COP10 de redução da pegada ecológica tendo como referência a capacidade biológica na Terra, é necessário colocar em prática o princípio da responsabilidade comum mas diferenciada. O apuramento de todas as dimensões destas diferentes responsabilidades, implica que não só os débitos estejam em cima da mesa das negociações, mas também os créditos. Para isto ser possível teremos de usar uma mesma métrica a partir da qual seja possível obter um EcoSaldo. Se formos capazes de sinalizar com um preço cada unidade desta métrica comum, poderemos encontrar uma plataforma de justiça e reciprocidade, onde procederemos ao acerto de saldos. A utilização de uma métrica e valor comuns, pode ainda contribuir de forma decisiva para ultrapassarmos os estigmas das diferentes responsabilidades históricas que nos impedem termos futuro, e que é um dos problemas centrais da Resolução 64/236 da Assembleia Geral da ONU.

Com a realização do congressos EcoSaldo –A Contabilidade de um Património para a Humanidade 18, 19 e 20 de Abril, e o Congresso Condomínio da Terra – A Governança de um Património para a Humanidade 17, 18 e 19 Outubro, durante este ano em Gaia, a Quercus e todos os parceiros que constituem o projeto Condomínio da Terra, pretendem contribuir e inspirar o caminho do Rio+20, com uma abordagem que visa dar uma dimensão operacional à Declaração da 64ª Conferência Anual das Nações Unidas: "quando a atual economia contribui para a desigualdade, destruição e ganância, deve ser substituída por uma economia que se preocupa com a comunidade humana da Terra."

Pretendemos que estes congressos constituam um espaço de discussão aberta sobre a forma de operacionalizarmos uma contabilidade das nossas relações, cruzando o local com o global, de forma a dar resposta às questões de reciprocidade, confiança e previsibilidade, que Elinor Ostrom considera estruturais para alguém estar disposto a alterar o seu comportamento, no contexto de uma ação coletiva.

Expectativas e responsabilidades da Rio+20

Vinte anos após a primeira Cimeira da Terra – Rio 92, Governos, instituições internacionais, ONG e sociedade civil de todo o mundo irão participar na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS ou "Rio+20"). O foco central da conferência é a transição para uma economia verde global no contexto da erradicação da pobreza e de uma governança para o desenvolvimento sustentável. Como referido pelo Secretário-Geral da Rio+20 Mr. Sha Zukang os resultados desta conferência devem reflectir-se em compromissos políticos, em parcerias e na ação direta no terreno.

É num contexto de 20 anos de tortuosas negociações sobre as emissões de gases de efeito estufa, que a Cimeira do Rio+20 se torna num foco de convergência do desafio de desconstruir a fatalidade da "Tragédia Comum".

A este enorme desafio sobrepõe-se a crise financeira que assola algumas das principais economias do mundo, que coloca para um plano secundário, ou mesmo ao completo esquecimento, a crise social e ambiental. Renovar o marco histórico que constituiu a Cimeira de 1992, assegurando que as legitimas expectativas criadas em torno da nova Cimeira não se tornem numa enorme desilusão, é pois um tarefa que requer visão estratégica de longo prazo. É necessário responder a uma questão primordial: o que é necessário fazer para que em 2032 hajam motivos para assinalar um Rio+40? Segundo a estratégia *"The Road to Rio+20 – For a development-led green economy"*, das Nações Unidas, "neste caminho deve-se provocar a discussão de novas ideias e inspirar a futura conferência para que se crie um consenso quanto aos passos seguintes".
Por isso com os dois congressos, Antes e Depois do Rio, com base na aproximação jurídico-formal da noção de Património Comum da Humanidade aos sistemas climático e oceânico, queremos aprofundar as vantagens que esta abordagem parece oferecer na resolução de uma série de problemas técnicos complexos, a saber:

a) O problema da dispersão dos benefícios e encargos por todo o planeta e a possibilidade de os capturar e contabilizar num património comum, internalizando aquilo que hoje consideramos externalidades;

b) Existência de um património comum funciona também como plataforma mediadora nas negociações, que pode constituir um desbloqueador e clarificador no relacionamento interestadual;

c) A constituição de um património natural imaterial da humanidade não entra em conflito com o conceito de soberania estadual, antes pelo contrario, é subsidiária deste;

d) A gestão deste património comum é complementar da realização dos interesses de cada Estado, na medida em que nenhum Estado consegue assegurar de forma isolada um ambiente sadio aos seus próprios cidadãos;

e) Sobre esta base jurídica é possível construir uma separação de competências entre o que é a gestão de sistemas comuns e as tradicionais competências dos Estados, constituindo-se desta forma o suporte material da institucionalização da gestão dos sistemas;

f) Utilizando o conceito de hectare global, como unidade métrica de biocapacidade, é possível contabilizar os encargos e benefícios realizados por cada um, nos sistemas naturais globais;

g) Se cada unidade de biocapacidade beneficia de igual forma toda a humanidade, o valor da compensação a atribuir pelos benefícios globais, deverá ser igual em todo o planeta;

h) A impossibilidade técnica de construir um mercado relativo a serviços ambientais, relativamente aos quais ninguém pode ser excluído do seu consumo, obriga à construção de uma plataforma para acerto de contas relativas ao património comum;

i) Transforma o conceito indeterminado e genérico do *"Common Concern of Mankind"*, em algo mais palpável que não exista apenas no espírito dos seres humanos como "preocupação".

j) O reconhecimento de um património imaterial natural, permite de capturar e contabilizar a qualidade dos recursos ambientais, isto é, qual a aptidão para estes recursos ambientais possuem para assegurarem condições de vida Humana ao longo das gerações. É portanto adequado a capturar os benefícios ambientais realizados pelos ecossistemas nos sistemas naturais comuns, permitindo a construção de uma economia em que a disponibilização de serviços ambientais seja compensada financeiramente. É um sistema adequada ao pagamento de serviços ecológicos.

Este é o nosso contributo que pretende inspirar o caminho do Rio+20, com uma abordagem que visa dar uma dimensão operacional à Declaração da 64ª Conferência Anual das Nações Unidas: "quando a atual economia contribui para a desigualdade, destruição e ganância, deve ser substituída por uma economia que se preocupa com a comunidade humana da Terra."

O QUE NOS UNE A TODOS

Um Património Comum para uma Economia Verde

Os sistemas climáticos e oceânicos são os sistemas naturais que nos unem a todos. A construção de um futuro para a Humanidade, exige uma organização da interdependência gerada por estas ligações. No âmbito da Rio+20, a Quercus e os parceiros do projeto Condomínio da Terra submeteram uma proposta que publicamos na integra. A contabilidade de uma economia verde e a governança de um Património Imaterial Natural para a Humanidade, são as bases que propomos para construir a confiança e reciprocidade necessárias a uma acção coletiva. Uma campanha para 2012, a caminho do Rio+20.

A proposta de pensar a Terra como um imenso condomínio, tem como objetivo central aproveitar uma ferramenta jurídica já amplamente testada de conciliação de interesses individuais e coletivos, para fornecer uma base jurídica global que permita enquadrar e contextualizar globalmente instrumentos e estruturas que sustentem um novo quadro de harmonização dos interesses individualizados de cada um dos Estados com os interesses superiores de toda a Humanidade.

Para alcançar uma economia verde propõe-se que seja constituído um património comum global gerido por uma entidade capaz de contabilizar os contributos de cada Estado para a manutenção dos sistemas naturais globais. Estes contributos devem ser avaliados por uma métrica comum que se traduza num valor monetário comum.

Partindo da proposta de configuração do sistema climático como "Património Comum da Humanidade", pretende-se construir um suporte jurídico global a partir do qual serão gerados direitos e deveres que possam alicerçar a construção de uma economia verde capaz de produzir os serviços ambientais.

A configuração desse património tem como objetivo a resolução de uma série de problemas estruturais e operacionais complexos, como a dispersão dos benefícios e dos encargos por todo o planeta que dá origem à "falha de mercado". Para operacionalizar o acerto de contas e a institucionalização de uma gestão do interesse comum, deve-se chegar a acordo quanto à utilização de uma métrica que traduza por unidades o consumo e a oferta dos benefícios coletivos e de um valor comum para cada unidade.

01 Suporte jurídico global

01.1 A necessidade de evolução do conceito *'Common Concern of Mankind'*

A Resolução 43/53 de 6/12/1988-AG/ONU "reconhece que as alterações climáticas são uma preocupação comum da Humanidade, uma vez que o clima é uma condição essencial que sustenta a vida na Terra." Esta foi a resposta à impossibilidade de se aplicar nesta matéria a solução clássica da "tragédia dos comuns", normalmente obtida através da divisão dos bens de uso comum e privatização. Ao introduzir o conceito *'Common Concern of Mankind'*, essa resolução sugere dar uma nova fisionomia ao regime de Património Comum da Humanidade. Este conceito tem raízes comuns com os 'common interest', 'global commons', ou ainda, 'intergenerational equity, responsibility or rights'. A opção da consagração jurídica de um problema ou de uma preocupação como o 'Preocupação Comum da Humanidade', constitui simultaneamente uma identificação do problema e um acto proclamatório de apelo à sua resolução, mas não é ainda um instrumento apto a implementar soluções. Ora, a necessidade de se caminhar na concretização deste interesse, obriga a que se delimite o conceito indeterminado e genérico do "interesse comum da humanidade" em algo mais palpável que não exista apenas no espírito dos seres humanos como "preocupação". A transformação evolutiva da simples declaração de "preocupação" ou de "interesse", até à construção de objetos jurídicos que permitem operacionalizar os direitos e deveres relativos à prossecução destes interesses comuns a toda a humanidade, tornou-se numa tarefa urgente. Sem essa transformação, o Direito não pode cumprir a sua função primária de organização.

01.2 Um património comum para superar a 'falha de mercado'

A dispersão da maioria dos benefícios e encargos ambientais por toda a humanidade, é identificada pela economia como uma "falha de mercado", uma vez que "não existe uma instituição de troca onde o sujeito que afeta positivamente outro(s) receba uma compensação por isso ou o sujeito que afeta negativamente outro(s) suporte o respetivo custo."

Perante os bens comuns e sobretudo aqueles que são globais, os direitos de propriedade estão subdefinidos. A existência de muitos agentes a utilizar um recurso, nestas condições, leva à "falha de mercado", a um injusto e ineficiente nível de utilização do recurso e a uma especial propensão para o seu uso excessivo.

TEMA EM DESTAQUE

A CAMINHO DO RIO+20

Paulo Magalhães

Os mercados verdes de carbono ou de biodiversidade, constituem em si interessantes laboratórios experimentais e conceptuais para a construção de uma economia verde, mas não respondem à dimensão global dos benefícios e encargos que se pulverizam de forma difusa pelos sistemas naturais globais. "Uma solução global para o desafio da sustentabilidade é um pré-requisito para uma vida sustentável à escala local e regional." Do reconhecimento das alterações climáticas pela Resolução 43/53 de 6/12/1998-AG/ONU, como "interesse comum", pode-se decorrer que o próprio sistema sobre o qual estas alterações climáticas se realizam, neste caso o sistema climático, já não pode ser considerado como res nullius, isto é, sobre ele já não existe ausência de um interesse e como tal já não pode ser livremente usado.
"A noção de "interesse comum" leva à criação de um sistema legal cujas regras impõem deveres na sociedade como um todo e em cada membro individual da comunidade."
Neste contexto, o regime de Património Comum da Humanidade continua a ser o único que pode fornecer enquadramento jurídico-internacional adequado à regulação de bens que nos convocam para outras dimensões da condição humana, situadas já não no domínio do estritamente material, mas sim no que de qualitativo envolve também o bem-estar da humanidade.
José Manuel Sobrino avança com uma proposta concreta: "Certamente uma abordagem jurídica formal à noção de Património Comum da Humanidade, excluiria os recursos vitais assim como o sistema climático, em si mesmo. Mas na minha opinião, a evolução da comunidade internacional, a dimensão patrimonial desses bens, a necessidade de transmissão, possibilitaria a aplicação dos princípios fundamentais do Património Comum da Humanidade e torná-los, portanto, livres de quaisquer apropriações estatais ou privadas, acessíveis a todos e realizada numa gestão internacional e institucionalizada, tendo especialmente em conta o desenvolvimento desigual dos Estados. Neste sentido, pode-se argumentar que o sistema climático para a humanidade tem uma dimensão de herança que envolve a ideia de transmissão de um clima adequado para a vida na nossa geração e para futuras gerações."
Esta opção da configuração de um sistema natural global como uma res communis omnium, isto é, como uma propriedade comum alargada a toda a humanidade, poderá vir a constituir um alicerce que possibilite a resolução de uma série de problemas operacionais complexos, como seja a inadequação do alcance espacio-temporal do Direito aos novos fenómenos globais e as inevitáveis "falhas de mercado" decorrentes da indefinição da propriedade destes bens ambientais globais. Poderá ainda possibilitar a quantificação desse "interesse comum", abrindo as portas à criação de um sistema contabilidade de direitos e deveres relativos a esse património comum.
Muitas têm sido as tentativas de recorrer aos instrumentos de mercado, para promover a organização de uma função "de troca e alienação", com objetivos de atingir ótimos ecológicos e sociais, integrando economia e ambiente. Mas "O bem ambiente não se presta a uma função de troca e alienação, mas a uma função de fruição colectiva" .O facto de ninguém poder ser excluído desta "fruição coletiva global", implica que todos poderão ter acesso às melhorias introduzidas no sistema comum global sem pagar, da mesma forma que todos ficam confrontados com a possibilidade de arcarem com os encargos dos usos dos sistemas naturais globais, realizados por outros. Isto impede a "função de troca e alienação" de um mercado tradicional. A solução terá de ser outra. Qual então o papel reservado ao Direito neste contexto? Uma das funções primárias do Direito, deverá ser a de organizar a fruição coletiva de bens ou sistemas naturais globais relativamente aos quais vários agentes possuem o direito de os usar, sem qualquer direito a poder excluir outros agentes.

01.3 Património Natural Imaterial da Humanidade?

A dificuldade em delimitar o objeto jurídico relacionado com o "interesse/preocupação" da humanidade, prende-se não com o bem natural que se pretende salvaguardar, mas com a dificuldade em definir esse bem sem entrar em confronto com os espaços físicos/geográficos das diferentes soberanias. Por um lado sabe-se que as "leis da natureza" existem, que os ciclos naturais e os sistemas naturais globais funcionam, mas as descobertas que revelaram o seu funcionamento global, são recentes e ainda não se conseguiu realizar a operação mental de separar estes sistemas dos espaços soberanos. Por outro lado, não se possuí nenhum objeto jurídico, que se adeque às características desse "bem ambiente" de caráter difuso e intangível, que por um lado vá além da "preocupação", mas que por outro fique aquém da soberania. Na sequência das alterações da composição química da atmosfera, surgem alterações na composição dos oceanos, da interação entre estes sistemas aparecem mudanças nas dinâmicas de distribuição e de transmissão de energia e temperaturas e em toda a complexa teia de desequilíbrios e equilíbrios que asseguram as condições ambientais para o bem-estar humano. Esta noção de processos funcionais que se desenrolam no plano da composição química da atmosfera ou dos oceanos, não se confunde nunca com as noções de geográficas de território nacional, de espaço aéreo, de zona económica exclusiva ou ainda de espaço geográfico de um ecossistema.
Está-se portanto, não num plano espacial dos territórios dos Estados, mas sim de "sistemas funcionais" cuja a dimensão é sempre a global. A manutenção destes equilíbrios que constituem o suporte de um bem-estar humano, é que é o 'Common Interest of Mankind', e o seu desequilíbrio esse 'Common Concern of Mankind'. Simone Borg identifica este interesse comum como um estatuto legal de um recurso comum "intangível" que abrange os bens comuns globais.
Parece então existir uma dimensão "imaterial" da natureza, que embora exista dentro do espaço geográfico do planeta, está para lá do espaço físico das soberanias e dos bens materiais fisicamente apropriáveis.
A atribuição de uma dimensão patrimonial ao sistema climático, proposta por Sobrino, permite não só a desterritorialização da natureza, como permite individualizar a função natural e isolá-la do conceito de soberania, uma vez que a dimensão funcional ultrapassa a noção de espaço aéreo, marítimo ou terrestre e se entra no domínio intangível da natureza, que é para todos os efeitos onde se encontra o Common Concern of Mankind. Essa natureza "imaterial", porque nos une a todos, é a essência e o verdadeiro Património Comum da Humanidade.

02
Métrica comum

02.1 A necessidade de uma métrica comum

O primeiro passo para iniciar esta gestão de forma integrada será o de encontrar uma medida aceite por todos, que seja capaz de traduzir em unidades o consumo e a disponibilização do bem-estar coletivo realizado através dos sistemas naturais globais. Para isso, é fundamental resolver previamente os problemas da variabilidade de metodologias utilizadas, as diferenças espaciais e biológicas entre distintas unidades geográficas e as diferenças entre os vários serviços ecológicos disponibilizados por diferentes ecossistemas. É ainda necessária a construção de um sistema que resolva os problemas da impossibilidade de apropriação dos serviços e do livre acesso e não exclusão relativamente a toda a comunidade humana.

02.2 O hectare global, a pegada ecológica e a biocapacidade

O hectare global, do Global FootPrint Network, tem não só a virtude de incluir numa mesma métrica diferentes impactos sobre o sistema ecológico através da pegada ecológica (débito), como também a partir da biocapacidade (crédito) pode incorporar os benefícios dos serviços ecológicos. Esta ferramenta é já hoje aceite e reconhecida como uma métrica usada a nível internacional, sendo já usada como ferramenta para a implementação de políticas públicas, como acontece na União Europeia. É uma métrica com capacidade de utilização nas variadas escalas (local, regional ou global) e de possibilitar o cruzamento destas informações. O hectare global, como conceito mensurável que é, possui não só a vantagem de ser compatível com a contabilidade de um "Património Imaterial Natural da Humanidade", como ainda permite a obtenção de saldos e o acerto de contas.

02.3 Uma economia verde que produz biocapacidade

Neste processo factual de globalização, é emergente o consenso sobre a necessidade de se desenvolver uma economia que se realize em harmonia com a "casa comum" e desta forma sirva para os seres humanos. Da cimeira do Rio+20, espera-se que constitua o início de um acelerado e profundo processo de transição mundial em direção a uma economia que gera crescimento, gera emprego e erradica pobreza por investir e preservar o capital natural sobre o qual assenta nossa a sobrevivência a longo prazo.
"Considerando, porém, o estado de degradação a que o ambiente chegou, a responsabilidade intergeracional deveria ir mais longe: já não basta deixar às gerações futuras o ambiente tal como foi recebido, mas é necessário recuperar a qualidade do ambiente, aproximando-a do nível "óptimo"."
Em definitivo, construir uma economia verde não é apenas reduzir a poluição, desenvolver tecnologias verdes, melhorar a ecoeficiência e tentar organizar a "função de troca e alienação" de direitos de poluição, com todos os efeitos perversos daí decorrentes. Construir uma economia verde é também manter e recuperar o capital natural, introduzindo nas contas das relações internacionais e nos PIB's (Produtos Internos Brutos) os contributos positivos de cada interveniente no sistema global e desta forma permitir que existam estímulos à recuperação a biocapacidade do planeta para sustentar uma vida humana.
Sabe-se que, neste momento, necessitaríamos de 1,5 planetas para assegurar a reposição dos recursos consumidos, o que quer dizer que a procura destes serviços ambientais é 0,5 vezes superior à oferta. Se os serviços ambientais são vitais para o bem-estar da humanidade, porque que é que esta economia não é capaz de os produzir e disponibilizá-los em quantidades adequadas à procura que existe para estes serviços?

03

Um valor comum

03.1 A necessidade de um valor comum

A opção de utilização de uma mesma métrica do lado da procura e da oferta, que permite uma leitura dos contributos locais para o global, possibilita afirmar que cada unidade de biocapacidade (hectare global) disponibilizada para os sistemas naturais comuns, beneficia de igual forma toda humanidade. Então a compensação económica a atribuir para cobrir os seus custos de provisão de cada hectare global de biocapacidade, deve ser idêntica em todo o planeta. Este é também um alicerce fundamental para a construção da confiança e reciprocidade.

Se é certo que se procura um valor para serviços vitais, apesar do seu valor incalculável, também é certo que "a percepção da falta de correspondência entre o irrisório valor de mercado e o supremo valor real deve ser vista como estímulo à busca de um valor mais próximo da realidade e não como obstáculo à valoração por receio que o valor calculado fique aquém do valor real. [...] Em suma, o "pudor" em atribuir um valor monetário aos elementos componentes da natureza tem como efeito manter a exploração de recursos a custo zero ou próximo de zero, o que, na óptica da preservação do recurso, é certamente pior do que a atribuição de um preço, por muito baixo ou pouco rigoroso que seja. "

Como se pode encontrar um valor para compensar quem disponibiliza serviços ecológicos de interesse comum?

Do lado da oferta dos serviços ambientais, o que se propõe é a quantificação dos custos de provisão dos benefícios indiretos realizados nos sistemas naturais comuns. Pretende-se saber quanto custa oferecer cada unidade de biocapacidade, que é um benefício usado por todos, ao nível global, e isso está diretamente relacionado com os custos de manutenção/recuperação do bom estado dos ecossistemas.

Partindo da obtenção desse valor, em diversos ecossistemas e em diversos países, essa deverá ser a informação base para o processo político de construção do preço. Uma vez que antecipadamente já se aceitou que o pagamento de serviços de ecossistema nunca cobrirá o real valor dos serviços prestados, o que se deve procurar encontrar será o valor mais adequado para realizar essa compensação pelos serviços de interesse comum.

Mais, dadas as diferenças económicas e cambiais entre os países, o valor comum pode ainda ser um instrumento adequado para responder às diferenças históricas no consumo e uso dos sistemas naturais globais entre países, como ainda pode proporcionar uma distribuição de recursos financeiros entre o mundo rural e o mundo urbano, mais equilibrada.

03.2 Reforma fiscal ecológica

A compensação dos benefícios realizados nos sistemas naturais comuns implica uma visão alargada sobre a economia e o próprio sistema de impostos, uma vez que esta nova compensação financeira, não pode ser realizada através da criação de novos impostos a acrescentar aos existentes. A transição para uma economia verde passará pela construção de um sistema fiscal que assegure uma redistribuição de rendimentos baseada nas contribuições positivas e negativas de cada um para com o interesse comum, isto é, que por um lado penalize os impactos sobre ambiente e que por outro incentive a prestação de benefícios coletivos. Essas propostas têm por base a convicção de que deve haver uma diminuição da carga de impostos sobre o fator trabalho e um aumento de impostos sobre os impactos no ambiente, isto é, sobre o consumo que se traduz na pegada ecológica.

Quando se fala em atribuir um valor económico aos serviços ecológicos, imediatamente se pensa que será necessário transformá-los em produtos transacionáveis e que ter-se-á que criar um mercado convencional. Essa não é a abordagem correta, porque está-se a falar de bens de livre acesso e não se pode usar um mercado convencional para gerir bens de cujo consumo ninguém pode ser excluído. Uma vez que todos os países consomem e disponibilizam serviços ecológicos que se refletem nos sistemas naturais globais, só obtendo o saldo entre a totalidade da oferta e do consumo é que se pode alcançar um acordo onde os interesses de todos tenham a possibilidade de serem assegurados. Será necessária uma gestão permanente entre a disponibilidade e a procura de serviços ambientais, que deverá ser realizada por uma instituição da ONU. O ambiente não é um produto que se transacione, é um bem a manter.

04

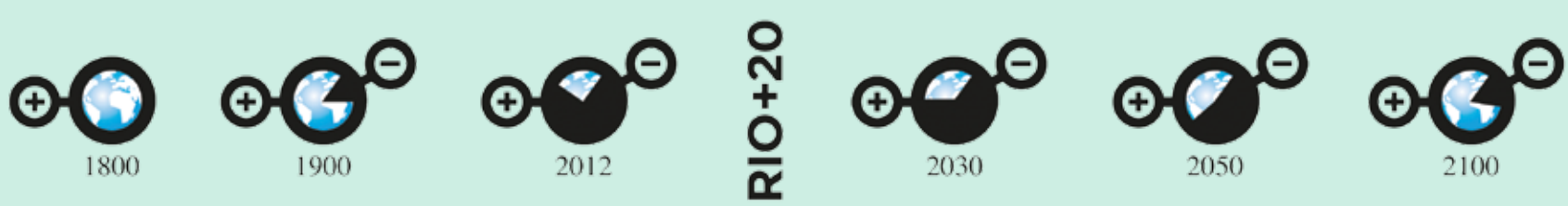
Governança de um património comum

04.1 Acerto de contas de um património comum com limites

Hoje já é possível ter uma noção quais são os limites dentro dos quais são mantidas as condições de vida humanas e as fronteiras que não devemos ultrapassar. Este limite do próprio sistema natural terrestre deve ser entendido como "um ponto específico relacionado com um processo de escala global, para além do qual a humanidade não deveria ir" . Esta noção de fronteira será um juízo normativo, informado pela ciência, mas em grande parte baseada na percepção humana de risco. Se o valor deste património for aferido pela capacidade do sistema natural terrestre assegurar condições de vida humanas às próximas gerações, no caso no sistema climático, o valor adequado e seguro do património herdado corresponderia à concentração de CO_2 na atmosfera e um património com um valor adequado será o de 350ppm.

O Condomínio da Terra, ao separar juridicamente a soberania de cada Estado dos sistemas naturais comuns, propõe um suporte jurídico global que permitirá a criação de uma contabilidade dos contributos de cada um para o regular funcionamento destes sistemas e de um sistema de gestão, que consideramos serem as condições estruturais para ultrapassarmos a "armadilha social".

Tendo como ponto de partida este cenário teórico/conceptual, propõe-se uma conjugação estruturada de várias soluções já existentes, às quais são feitos alguns melhoramentos e adaptações, atribuindo-lhe a dimensão integrada de um percurso necessário de reformas estruturais para construir uma economia humana verde.



PODEMOS JOGAR TODOS NESTE CAMPO QUE É O PLANETA TERRA?

Planeta Azul

7 MIL MILHÕES. Danica mais 6 999 999 999.

Por enquanto, ninguém se sente mais apertado, mas desde Novembro que somos sete mil milhões de pessoas na Terra (agora já devemos ser mais, mas é só para manter o número, como o planeta, redondo). A filipina Danica May Camach foi simbolicamente "nomeada" pelas Nações Unidas como o habitante sete mil milhões. A verdade é que não se pode saber exatamente quem, nem quando, (será que já aconteceu?) quebrou esta barreira imaginária. Mas há quem diga que há uma barreira que não podemos quebrar. A dos dez mil milhões de habitantes.

"É um grande feito termos chegado a um mundo com sete mil milhões de pessoas. Significa que fizemos grandes progressos na diminuição da mortalidade infantil e também no aumento do tempo que as pessoas vivem saudáveis". Este foi o comentário positivo feito para os microfones da TSF por Michael Herrmann, conselheiro do Fundo das Nações Unidas para a População. Mas, acrescentou Michael Herrmann, esta situação "obriga a aumentar os esforços para reduzir a pobreza e garantir a sustentabilidade ambiental".

É aqui que se encontra o grande dilema do crescimento populacional. Como vamos caber todos e, depois de estarmos arrumadinhos, como vamos alimentar-nos sem secar todos os recursos do planeta? De acordo com o biólogo Edward O. Wilson, que ganhou dois prémios Pulitzer (não-ficção) e é especialista em formigas da Universidade Harvard (o que o torna mais ou menos competente para falar de questões relacionadas com um espaço pequeno que albergam muitos seres) dez mil milhões é o limite sustentável para conseguirmos estar aqui todos. "Se toda a gente concordasse em tornar-se vegetariano, não deixando nada para o gado, os 1,4 mil milhões de hectares de terras aráveis só conseguiriam alimentar cerca de dez mil milhões de pessoas", escreveu.

Os números dizem que temos mais mil milhões de pessoas do que em Outubro de 1999, o que significa que a velocidade de crescimento está, como os números, a aumentar. "Pela primeira vez na história da existência, uma forma de vida – a nossa – condena à extinção proporções significativas de plantas e animais que são os nossos únicos companheiros conhecidos no universo", lembrou Robert Engelman, do projecto Environment 360, da Universidade de Yale, no jornal Guardian.

Qual é o meu lugar?

Enquanto ainda há recursos da Terra para consumir, podemos brincar. Uma das brincadeiras mais engraçadas que se criaram a partir dos sete mil milhões de habitantes foi a possibilidade de descobrirmos qual é o nosso número de sócio deste grande clube. O site da BBC disponibilizou em http://www.bbc.co.uk/news/world-15391515 um programa onde, simplesmente inserindo a nossa data de nascimento, nos diz em que parte da tabela evolutiva populacional estamos, quantos nos precederam, e quantos vieram depois. Por exemplo, quando o já referido Edward O. Wilson nasceu (10/07/1929), foi o número 2 046 700 688. Quando foi publicado o primeiro artigo do Planetazul (que não é uma pessoa, mas também tem direito), a 30/10/2009, havia 6 842 456 751 na Terra.

Elefantes para marfim

A Traffic, uma rede de monitorização do tráfico de animais selvagens, alertou, que 2011 foi o ano com maior número de grandes apreensões de marfim. A culpa do recorde negativo, dizem, é da procura asiática de jóias e ornamentos e consequência do surto de investimento chinês nos sectores mineral e energético de África. O que é certo é que se intensifica a caça aos elefantes em África.

QUER TOON

COMO SE INVENTA UMA IDEIA VERDE

Rajesh Pai

Neste artigo, Rajesh Pai, conta-nos nas suas próprias palavras como inventou o GPD - Green Pai Driving que ganhou a Medalha de Prata no Salão Internacional de Invenções de Genebra.

Conceber uma ideia para inventar algo é muito parecido com o acto de tirar uma fotografia. As ideias vêm constantemente até nós pois o cérebro nunca deixa de funcionar. Do mesmo modo que uma câmara fotográfica capta e fixa um momento fugidio da Natureza, uma invenção é como uma ideia aprisionada. Se a não agarrarmos, vai-se embora e será muito difícil captá-la de novo. Pelo que será sempre muito conveniente ter um qualquer dispositivo de gravação por perto para registá-la quando é concebida.

A ideia do *Green Pai Driving* surgiu-me enquanto conduzia, em 29 de Abril de 2008. Os veículos modernos estão equipados com um computador de bordo que nos dá informação sobre o consumo instantâneo e histórico de combustível, autonomia de condução em função do combustível disponível no depósito, gráficos, etc., mas não fornece informação sobre algo importante – a que velocidade o consumo de combustível é mínimo ou ótimo.

Temos um certo conhecimento, baseado no senso comum e na experiência pessoal, que nos permite deduzir que, quando conduzimos demasiado rápido, o consumo de combustível aumenta automaticamente. Porém, sem aquele valioso guia, temos uma tendência natural para acelerar nas auto-estradas e, assim, consumir a mesma quantidade de combustível percorrendo distâncias muito mais curtas, ao contrário do que aconteceria se tivéssemos esse "conhecimento" presente, em tempo real. Desta forma, pensei que se esta informação fosse disponibilizada ao condutor, provavelmente o seu padrão de condução seria mais responsável e sustentável nas seguintes três vertentes:

1_Pouparia nos custos de combustível, reduzindo de forma significativa o respetivo consumo nos veículos;
2_Ajudaria o Ambiente com uma menor emissão de gases tóxicos;
3_Ao reduzir, de forma significativa, o consumo de combustível, estaria a preservar um recurso natural importante e não renovável – o Petróleo – que tem inúmeras aplicações e para o qual ainda não existe alternativa.

Em condições normais, um carro circulando a 80 Km/hora, gasta cerca de 55 litros de combustível para percorrer 660 Km. Identicamente, o mesmo carro, conduzido a 130 Km/hora, apenas conseguirá percorrer, no máximo, 550 Km com a mesma quantidade de combustível. Analisando este facto, conclui-se que o condutor queimou / desperdiçou combustível, de forma imprudente, que daria para percorrer 110 Km.

O desperdício é uma das caraterísticas do mundo moderno, constituindo um "pecado" contra a Natureza. A forma imprudente de condução acima descrita, não só prejudicou o ambiente (factor de sustentabilidade) como o próprio condutor também gastou mais dinheiro na viagem (fator económico) e desperdiçou um recurso natural precioso (e irreproduzível) – o Petróleo (fator ecológico).

Existe atualmente no mundo petróleo suficiente para as nossas necessidades, mas não o bastante para as sustentar a alta velocidade e potenciando os desperdícios. Geralmente as pessoas preocupam-se com as eventuais multas de trânsito por excesso de velocidade, mas não tem consciência do impacto negativo que causam, permanentemente, no ambiente, na Natureza e na sua situação financeira, por essa mesma atuação. Este aspeto precisa ser melhorado.

O dispositivo *GPD–Green Pai Driving* consiste num mecanismo colocado no automóvel, baseado num velocímetro com um mostrador adicional em forma de uma faixa laser triangular de cor verde (ver foto abaixo), que indica que a condução do automóvel, à velocidade correspondente ao espaço delimitado pela faixa verde, corresponde ao ponto óptimo de consumo de combustível.

Antes de inventar o GPD, durante meses a fio, ponderei de que forma poderíamos diminuir a poluição causada pelas emissões dos automóveis. Trata-se da principal contribuinte para o efeito de estufa e eu pensei que, se pudéssemos diminuí-la, isso constituiria uma grande ajuda no contexto do aquecimento global e da crise climática.

Enquanto conduzimos, os veículos estão constantemente a emitir gases tóxicos para o ambiente. No mundo atual, estes gases tóxicos são invisíveis, incolores e quase inodoros. Somente quando nos aproximamos bastante do tubo de escape é que ficamos incomodados com o seu cheiro. A nossa tecnologia fez, de facto, um "bom trabalho" ao tornar estas emissões invisíveis e quase sem cor ou cheiro. Longe vão os dias em que nos habituámos a ver uma fumarada cinzenta, negra ou branca, expelida pelos tubos de escape e que cheirava horrivelmente ...

Porque estarei eu a referir-me a esse "bom trabalho" de forma irónica? Precisamente porque isso afastou a nossa consciência do facto de que, ao conduzirmos a alta velocidade, estamos a estragar o nosso belo ambiente. Tal como muito bem disse Samuel Jackson – "*O caminho para o Inferno está cheio de boas intenções*" ...

A partir do momento em que as emissões de gases dos automóveis se tornaram invisíveis, o público em geral deixou de se preocupar com o seu impacto na Natureza e no Ambiente. Visto que não há qualquer necessidade de transformar essas emissões numa fumarada mal cheirosa para tornar o público consciente dos seus perigos, podíamos conseguir esse objetivo oferecendo o dispositivo GPD para ajudar na condução automóvel. Uma pessoa que conduz dentro do intervalo de velocidade indicado pelo GPD tem a certeza de que o seu veículo não emite mais gases tóxicos do que os necessários para fazer aquele percurso. Esta consciencialização tem muitas vantagens diretas e indiretas.

A tecnologia que nos rodeia trouxe mais conforto, segurança e velocidade aos automóveis. Os faróis ligam automaticamente quando o carro entra num túnel, os limpa pára-brisas movem-se automaticamente quando a chuva começa a cair, a temperatura interior ajusta-se automaticamente à temperatura exterior, e tantos outros mecanismos e engenhocas, tais como, estacionamento automático, velocidade de cruzeiro, e sensores e pára-choques que impressionam os clientes quando tentam escolher o seu novo carro.

Com toda esta automatização, o condutor cada vez mais tem menos trabalho, o que é considerado como um sinal de prosperidade e de inovação tecnológica. Mas paremos um momento para pensar. Será que isso reduziu os problemas da poluição e do aquecimento global? Ou será que acabou por afastar a nossa atenção dessa problemática? Se decidirmos dar atenção a estes problemas, continuaremos no caminho de uma cada vez maior automatização ou, pelo contrário, entregaremos o controlo decisivo ao ser humano sentado atrás do volante? Eu penso que será esse ser humano quem vai ter de intervir para reduzir a poluição pois somente ele poderá compreender a gravidade dos problemas envolvidos e apenas ele tem paixão para trabalhar e seguir em frente na sua resolução.

Em vez disso, se nos desligarmos do problema e permitirmos que a máquina o resolva por si mesma, então assistiremos, seguramente, a desastres ecológicos ainda maiores. Em contrapartida, com a invenção do GPD, espero devolver este poder de decisão e de controlo ao ser humano que conduz o automóvel. O GPD reúne e analisa informação proveniente de 8 pontos do veículo e informa o condutor sobre a velocidade a que o consumo de combustível é mais baixo, de tal modo que, a partir desse momento, fica completamente entregue ao condutor a decisão de carregar no pedal (ou ativar o cruise-control) com a intensidade necessária! Estimativas conservadoras indicam que um procedimento generalizado desse tipo se traduziria, num país com a dimensão de Portugal, numa poupança de cerca de um milhão de litros de combustível por dia.

Mas, apesar disto, o GPD não está disponível na sua forma original para o público em geral. A insensível - porque poderosa - indústria automóvel decide o que deve e não deve ser instalado nos carros. Isto foi-me dito, de forma categórica e por escrito, em 2009, depois de uma longa troca de cartas com um conhecido fabricante de automóvel germânico. E esta forma de atuar percebe-se. De outro modo, como poderiam eles promover um novo modelo, com um motor de alta potência (com uma velocidade máxima de 250 Km/hora), equipado com um dispositivo GPD em que a velocidade aconselhada varia entre os 80 e os 100 Km/hora?

Entretanto as regras do jogo estão a mudar rapidamente por todo o mundo. Com a queda vertiginosa das cotações das ações, a crise financeira nas empresas e nos países, o derramamento de petróleo da BP, a guerra na Líbia, o aumento constante da austeridade para o cidadão comum, etc., as regras de ontem já não são válidas para hoje e, estas serão certamente diferentes das regras que serão necessárias amanhã para se adaptarem às necessidades futuras.

No início de 2011, quando a revolta civil rebentou na Líbia e os preços do petróleo começaram a subir, o governo espanhol reduziu o limite da velocidade máxima nas auto-estradas de 120 para 110 Km/hora. Esta decisão baseou-se, completamente, nos princípios que estão por detrás da invenção do GPD e a iniciativa reduziu consideravelmente o consumo de combustível naquele país ibérico. Isto demonstra que, embora uma boa ideia leve algum tempo até que seja devidamente assimilada e interiorizada pela sociedade, acaba sempre por ser colocada em prática no tempo certo.

Para obter mais informação sobre o GPD, visite
http://www.green-pai-driving.info"www.green-pai-driving.info

NÚCLEO DE CASTELO BRANCO

Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus

Manuel Antonio Almeida

Percurso interpretativo "Ao encontro dos cogumelos"
O núcleo regional da Quercus de Castelo Branco organizou no passado dia 8 de Dezembro o percurso interpretativo "Ao encontro dos cogumelos", no Monte Barata, em Monforte da Beira, no qual participaram cerca de duas dezenas de pessoas.
Esta atividade teve como objetivo principal conhecer e aprender a identificar as principais espécies de cogumelos existentes no monte por se verificar uma grande variedade micológica nesta região, mas também descobrir algumas das particularidades da biodiversidade existente no Parque Natural do Tejo Internacional, onde a propriedade se insere.
Durante o percurso foram identificadas 15 espécies diferentes de cogumelos maioritariamente do género Amanita e Boletus.
A atividade constou de um passeio ao longo do montado, no "coração" do Monte Barata, e de uma pequena palestra durante a qual os participantes puderam aprender ou melhorar os seus conhecimentos no método de descobrir alguns cogumelos comestíveis na natureza e sobretudo evitar os não comestíveis.
Além da participação de muitos interessados em conhecer o mundo dos cogumelos, contamos com a presença de alguns fotógrafos amadores que puderam registar as cores outonais com que o Monte Barata nos presenteia nesta época do ano.

NÚCLEO DA GUARDA

Núcleo Regional da Guarda da Quercus

Novembro e Dezembro ficam marcados por uma série de atividades:
Plantação em Numão a 3 de Dezembro
A plantação em Numão, foi uma parceria entre o Núcleo da Guarda, a Junta de Freguesia de Numão e a Associação Transumância e Natureza (ATN) que ofereceu as plantas, esta actividade contou com a colaboração de 30 voluntários, e foram plantadas 400 árvores autócones.
Exposição de ecoenfeites e ecoembrulhos na Câmara Municipal da Guarda de 5 de dezembro a 7 de janeiro
Recorrendo à forte imaginação e espírito criativo de uma voluntária do Núcleo protamente aceitamos o desafio da Câmara Municipal da Guarda em colocar uma exposição de ecoenfeites e ecoembrulhos neste local.
Plantação na Faia Brava a 8 de dezembro
A atividade contou com a participação de 28 jovens da IPSS da Guarda, Aldeia SOS, e em parceria novamente com a Associação Transumância e Natureza, promovemos mais uma plantação e assim um dia diferente àqueles jovens da instituição.
Elaboração de marcadores para livros
Respondendo positivamente a mais um desafio da Câmara Municipal da Guarda elaboraramos 200 marcadores feitos com materiais reutilizaveis para livros que serão distribuídos no lançamento de uma coleção de 5 livros a ter lugar na Biblioteca
Visita à Gelgurte por jovens da Aldeia SOS
No momento de fecho da edição deste jornal esta atividade ainda não foi realizada. Estando prevista para o dia 21 de Dezembro a vista às instalações desta unidade fabril.

Para 2012 estão previstas igualmente outras actividades algumas já com data marcada mas com local de realização ainda por confirmar fiquem atentos ao sub-site do Núcleo onde irão ser colocadas todas as informações (http://quercusnrguarda.blogspot.com/)
Exposição Quercus Jan/Fev - A Quercus pelos olhos de uma criança
Aprender a cozinhar saudável 21 Jan - Oficina de comida saudável
Curso Educador Ambiental 11-12 Fev - Formação
Oficina de Reciclagem Mascarar o Carnaval 04 Fev - Oficina de mascaras de carnaval e enfeites com material reciclado
Oficina Reciclagem Enfeitar a Páscoa 17 Mar - Oficina de criação de peças decorativas para a Pascoa
Caminhada pela árvore 24 Mar - Visita ao castanheiro de Guilhafonso
Comemoração dia Monumento 14 ABR - Dia Internacional dos Monumentos e sitio

Como habitualmente deixamos uma porta aberta a todos os sócios e cidadãos que nos queiram fazer chegar as suas solicitações e questões sobre o Mundo do Ambiente.
Para terminar dizer que o Núcleo conta neste momento com novos voluntários o que muito se deve à estreita colaboração com o Banco de Voluntariado da Guarda.
O horário de atendimento funciona às Sextas-feiras das 17h às 18h na sede do Núcleo, na Central de Camionagem.

Núcleo Regional da Guarda
Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza
Apartado 156 - Município Guarda
6301-954 Guarda
Tlm. 931 104 568 (rede Vodafone)
Fax. 271 388 232
E-mail:guarda@quercus.pt

Bruno Almeida

Ricardo Nabais

Ricardo Nabais

Apanha da Bolota em Numão
O Ano Internacional das Florestas - 2011 oferece uma oportunidade única de fomentar a consciência pública para os problemas que afetam grande parte das florestas do mundo. Neste contexto a Quercus - Núcleo Regional da Guarda a Junta de Freguesia de Numão resolveram realizar mais uma experiências positivas e valiosas para promover uma gestão florestal sustentável.
No dia 10 de Novembro assinalou-se o Dia da Bolota, e neste sentido um grupo de Jovens da Aldeia SOS e um grupo de Jovens de Numão, realizaram uma apanha da bolota de forma a comemorar este dia.
A preocupação ambiental e a possibilidade de reunir jovens de forma a alerta-los para as preocupações ambientais, de forma a criar laços através de uma maior consciencialização ambiental, foram os objetivos da ação. Dando continuidade a um trabalho de sensibilização que a Quercus tem vindo a desenvolver, deu-se início a mais uma apanha da bolota, recordo que a 1ª tinha acontecido na Guarda (uma semana antes). Na opinião do Eng. Ricardo Nabais (dirigente da Quercus) era necessário alargar o âmbito territorial das ações, neste contexto foi decidido realizar esta atividade no Concelho de Vila Nova de Foz Côa.
Numão e a sua população mais uma vez viram a aldeia ser invadida de jovens, que durante um dia mostraram à comunidade as preocupações ambientais que os movem. Cerca de 100kg de bolota foram apanhados, e que serão plantados num futuro próximo os mesmos jovens ajudem na plantação de mais um espaço verde, nesta comunidade.
Assim, o Núcleo da Quercus conta com algumas centenas de Kg de bolotas, sendo pretenção dos dirigentes e voluntários vir a distribuir estas bolotas nas várias escolas do distrito da Guarda, para posterior plantação. Trata-se de uma iniciativa inteiramente independente que não movimenta qualquer quantia monetária, encargo ou obrigatoriedade de fidelização. Neste contexto, aproveitamos para lançar o repto às instituições que queiram colaborar nesta iniciativa, (receção e plantação das bolotas), que entrem em contato com o núcleo, uma vez que disponibilizando um dos voluntários o acompanhamento da atividade.

Ricardo Nabais

Ricardo Nabais

BIO GEO GRAFIA

NÚCLEO DE BRAGA

Núcleo Regional de Braga da Quercus

Vamos limpar o verde do Bom Jesus

"Vamos Limpar o verde do Bom Jesus!" – Este foi o lema que motivou oito jovens a realizar, até ao final do mês de Outubro, atividades de limpeza e de proteção de autóctones na mata do Bom Jesus, em Braga. Estas atividades inseriram-se no âmbito da celebração do Ano Europeu do Voluntariado e do Ano Internacional das Florestas e tiveram a parceria da Quercus - Braga, do IPJ, da AFN e da Confraria do Bom Jesus do Monte. As atividades foram diversas e tiveram início em Maio, em que, aproveitando a época estival, o grupo de jovens se empenhou em controlar, através do descasque e do arranque, a principal infestante da Mata do Bom Jesus - a mimosa. Dando continuidade ao projeto, foi escolhido um local estratégico para a colocação de um compostor. Tendo por base um esquema de montagem aconselhado, deu-se início à selecção das madeiras, corte e montagem das mesmas. A localização do compostor foi estudada cuidadosamente, tendo em conta a temperatura, insolação e ventos dominantes. Optou-se por colocá-lo sob a copa de um Quercus e também por identificá-lo devidamente. Foram, ainda, elaboradas placas de identificação de espécies vegetais e sua colocação no terreno. No dia 17 de Setembro, sábado, realizaram-se as atividades de "controlo de mimosas" e "Clean up the world", simultaneamente. O Núcleo de Braga dividiu esforços para garantir a logística de ambas as iniciativas. A maioria dos mais de 100 participantes, colaborou na recolha de lixo pelo caminho de acesso ao Bom Jesus. Duas dezenas de participantes juntaram-se à atividade de controlo de mimosas, onde puderam verificar os excelentes resultados de campanhas anteriores. Com orientação, puderam proceder ao arranque de acácias e descasque, no sentido de se conseguir controlar a sua intensa proliferação. **Armanda Gonçalves**

Oficina de plantas aromáticas e medicinais

Decorreu no dia 22 de Outubro, entre as 15 às 17 horas, no Parque de S. João da Ponte, em Braga, mais uma oficina de propagação de plantas aromáticas e medicinais. Este evento é decorrente de um protocolo existente entre a Câmara Municipal de Braga e a Quercus. Participaram, ativamente, nesta oficina 40 formandos que, munidos de luvas de jardinagem, tesoura de poda, avental, estacas de plantas aromáticas ou medicinais para a partilha, bem como vasos que tinham desaproveitados em casa, efectuaram a preparação do substrato, aprenderam, e prepararam, as estacas de diversas espécies de plantas, e procederam ao seu enraizamento. No decorrer e final da sessão o entusiasmo e persistência demonstrado, bem como as questões formuladas pelos participantes evidenciaram a satisfação das suas expetativas em relação a esta oficina, bem como promoveu a curiosidade em relação ao cultivo e aplicações das PAM. **Custódia Gonçalves**

Caminhada urbana ao longo do rio Este

Domingo, 23 de Outubro, ao abrigo de uma parceria com a Câmara Municipal de Braga, o Núcleo de Braga, levou a cabo mais uma iniciativa que juntou cerca de 40 pessoas. A atividade, que teve início às 9h, consistiu no reconhecimento do percurso ao longo do rio Este, compreendido entre o Instituto Ibérico de Nanotecnologia até às instalações da Delphi. Apesar do tempo chuvoso, a vontade dos participantes falou mais alto e, ao logo de todo o percurso, mostraram a maior atenção a todos os detalhes e uma extrema vontade participativa! Munidos de máquinas fotográficas, e de GPS, foram registando os inúmeros focos de contaminação que iam chamando a atenção. Devido à "urbanidade" do percurso, foi inevitável o registo de muitos pontos de poluição visível, desde cadeiras velhas, sacos de plástico, um fogão, um colchão e vários recipientes, aliados a um mau estado das margens do rio. Mau estado esse, também devido ao facto de estar a decorrer a requalificação das margens do rio, não desculpabilizando, de forma alguma, um certo "descuido" da autarquia. Para esta atividade, contamos com um novo recurso, equipamentos GPS, com os quais os participantes se orientaram durante o percurso, foram, portanto, registadas as coordenadas de todos os focos de interesse ao longo do rio. Não só de pontos negativos falamos, pois, muito embora estes "saltem mais à vista", o percurso é muito interessante, quer do ponto de vista ambiental, quer cultural, sento até indicado para fim recreativo, contando com parques de manutenção ao longo do mesmo (Parque Desportivo da Rodovia e na freguesia de Maximinos). **Tiago Correia**

Núcleo de Braga

Núcleo de Braga

Curso de Podas de Árvores e Arbustos Ornamentais e Florestais

A preocupação com a falta de sanidade das árvores ornamentais do espaço público motivou o Núcleo de Braga, em colaboração com a Confraria do Bom Jesus do Monte, a promover um curso de "Poda de Árvores e Arbustos Ornamentais e Florestais". Atento o objetivo de contribuir para a melhoria da saúde das árvores e arbustos ornamentais e florestais, o curso destinou-se particularmente aos profissionais da área, pelo que se realizou em horário laboral - duas sextas-feiras de Novembro, 11 e 18 – no Parque do Bom Jesus do Monte. O acolhimento do curso foi animador: todos os 17 formandos eram profissionais da área e maioritariamente funcionários dos departamentos de jardinagem municipais. O formador, Eng. Daniel Magalhães, especializado em arquitectura paisagística, percorreu com sabedoria os problemas da organização do espaço público verde e da formação e manutenção das espécies arbóreas e arbustivas ornamentais, em sessões teóricas que decorreram no Hotel do Templo e, por imprevisto logístico, noutro edifício da Confraria do Bom Jesus. A prática – com afincado treino da qualidade de corte e da compreensão da circulação de fluidos - produziu-se no motivador Parque do Bom Jesus do Monte, montra abundante das árvores e arbustos ornamentais e florestais do espaço público português, das suas virtudes e dos seus vícios. O curso debruçou-se com especial atenção para os problemas da escolha das árvores e arbustos apropriados, tendo como referência o local e o objetivo visado com a implantação, salientando a obrigatoriedade da poda de formação e posterior simplicidade de poda de manutenção. Mostrou também a violência das podas cegas maioritariamente aplicadas no espaço público e privado português e as suas devastadoras consequências na saúde das árvores, ensaiando métodos de poda regeneradores e orientando o reconhecimento das situações de inviabilidade de intervenção corretiva e, em casos extremos, das de abate.Terminou com demonstração de técnicas e instrumentos de ascensão e corte seguro em árvores de grande porte. O acolhimento dos formandos e a sua participação interessada no debate, permite esperança na alteração dos métodos de poda e tratamento das árvores e arbustos ornamentais do nosso espaço público. **Américo Barbosa**

Curso de Gestão de Recursos Florestais

O Núcleo de Braga quis comemorar o Ano Internacional das Florestas com a realização de uma ação de formação sobre "Gestão de Recursos Florestais". Este evento realizou-se na Confraria do Bom Jesus do Monte, em Braga, nos sábados, 19 e 26 de Novembro, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30. Pretendemos, com esta formação, dotar os participantes de conhecimentos que lhes permitam realizar uma gestão equilibrada e competitiva do ponto de vista ambiental, de produção e de multifuncionalidade sustentável dos recursos florestais. Foram convidados formadores de várias especialidades para dar a conhecer um conjunto de ações, no sentido de valorização dos produtos retirados da floresta, considerando não só produtos tradicionais como a madeira, mas também outros menos contabilizados tais como o mel ou cogumelos. Foram, ainda, consideradas algumas técnicas de minimização de risco de incêndio e prevenção e tratamento de pragas e doenças em espécies autóctones florestais. Participaram nesta formação 21 formandos de proveniências sócio-profissionais muito diversas. A apreciação final da formação foi globalmente "muito boa". Integraram o curso alguns momentos de convívio, nomeadamente uma merenda e almoço florestal, ou seja com petiscos oriundos da floresta. **Custódia Gonçalves**

Oficina de Propagação Florestal

Decorreu na tarde do dia 19, das 15h30 às 17h, uma Oficina de Propagação Florestal, com 10 participantes, que se somaram aos formandos do Curso de Gestão de Recursos Florestais, para ouvir o sócio João Branco, que veio expressamente de Vila Real, numa colaboração entre Núcleos, para explicar e demonstrar como se podem propagar plantas florestais, tais como azevinhos, gilbardeiras, medronheiros, carvalhos, nogueiras, etc. por sementeira e também framboesas e mirtilos por estacaria. Os vasos que focaram no horto da Confraria do Bom Jesus do Monte, serão depois vendidos no Mercado do Braga Romana, no qual este Núcleo participa há vários anos, tornando-nos autónomos e dando-nos uma maior margem de lucro, obtendo assim verbas para as despesas que as nossas atividades implicam. **Ana Cristina Costa**

Curso de Agricultura Biológica

O Núcleo de Braga encerra a oitava edição do Curso "Faça agricultura biológica no seu quintal" com uma visita de estudo ao Centro de Interpretação Ambiental do Carvalho de Calvos, na Póvoa de Lanhoso, mais propriamente às suas hortas sociais. Fomos recebidos pela Eng.ª Natália Costa, que nos deu a conhecer o projeto, expôs os objetivos e orientou a visita com explicações técnicas muito importantes para este grupo que terminava a sua formação em Agricultura Biológica, com a possibilidade de verem aplicadas muitas das técnicas que haviam aprendido. Algumas ideias pré-concebidas de que não é possível produzir em quantidade, regularidade e qualidade na horticultura Bio, caíram completamente por terra durante esta visita que terminou com um agradável convívio no Bar Biológico do Centro. Este grupo de formandos caraterizou-se pela motivação e empenho com que participaram em todas as sessões, vindos das mais diferentes áreas de formação mas tendo o gosto pela Agricultura Biológica em comum. Também foi iniciativa deste grupo a criação de um blog http://hortasbio.blogspot.com" onde podem partilhar as diferentes técnicas que aprenderam, demonstrar experiências bem sucedidas e até trocar sementes! "Saio muito mais rica deste curso, nunca aprendi tanto em tão pouco tempo"- referiu várias vezes a formanda Rosa Silvestre. Esta é uma das frases que melhor caracteriza o ambiente que se viveu entre este magnífico grupo de formandos em mais um curso de Agricultura Biológica, levado a bom porto pelo núcleo de Braga! **Ângela Pereira**

Oficina de Construção de Suportes Verticais de Plantas

O Núcleo de Braga, no âmbito do protocolo com a Câmara Municipal, organizou mais uma oficina de reutilização de resíduos. Esta atividade teve como objetivo proporcionar aos participantes conhecimentos que lhes permitam montar e manter uma horta vertical com características produtivas, ecológicas e sustentáveis. A prática do cultivo de hortícolas em espaços reduzidos tem-se vindo a difundir em ambientes urbanos, não só pela atividade de lazer como pela produção de bens alimentares que complementam o orçamento familiar. Os 15 (dos 30 inicialmente inscritos) participantes puderam experienciar a realização de uma horta vertical com recurso aos materiais mais adequados (reutilizados: garrafas de refrigerante e madeiras de paletes) e amigos do ambiente e recolherem informação em relação aos substratos a utilizar bem como as espécies e variedades de plantas mais adequadas.
Custódia Gonçalves

NÚCLEO DO PORTO

Núcleo Regional do Porto da Quercus

O que andamos a fazer

Workshop de Permacultura e Construção de Fogão Foguete

No domingo passado, dia 4 de dezembro, a Quercus realizou mais um workshop de divulgação sobre permacultura com o formador Ricardo Marques, seguido da construção de um prático e eficiente fogão foguete para usar no exterior. A ação teve lugar na sede da Quercus-Porto situada na Quinta da Gruta, em Castêlo da Maia.

O dia chuvoso e frio não deteve dezoito participantes de aparecerem às 14h30, para assistirem a uma breve exposição acompanhada de imagens, onde ficaram a conhecer todas as vantagens de um sistema produtivo e sustentável que respeita a natureza, incluindo os seres humanos e as suas necessidades. Após um intervalo de conversa acompanhada por um lanche leve, chegou a altura de deitar mãos ao trabalho e construir um fogão foguete. Primeiro, as explicações dadas pelo Ricardo, e a apresentação do material necessário, todo reciclado ou fácil de encontrar: latas, areia ou cinza, gravetos; a seguir, com a ajuda de todos, foram construídos sete fogões, que os participantes inscritos na oficina levaram para casa prontos a serem utilizados. Para além da formação, ganharam uma peça útil para um almoço de jardim ou um piquenique ao ar livre com comida quente - e uma tarde de agradável convívio.

Ana Mineiro

Ana Mineiro

Ana Mineiro

VI Edição do Sábado Aromático

No passado sábado, dia quinze de outubro, realizou-se a 6ª edição do Sábado Aromático, com organização da Quercus em parceria com o Cantinho das Aromáticas e o Método DeRose.

Esta iniciativa contou com o apoio da Naturocoop; Mercato; Raízes; Horta à Porta; BioMercado e teve como tema a agricultura biológica, as ervas aromáticas e as suas aplicações culinárias, e decorreu mais uma vez no espaço do Cantinho das Aromáticas, em Gaia, com a presença de cerca de 20 participantes.

A sessão começou com uma introdução ao evento feita por Patrícia Neto, por parte da Quercus. Depois, seguiu-se uma apresentação a cargo de Luís Alves, que se referiu à vocação daquela empresa agrícola, da qual é o principal responsável, em produzir e comercializar plantas aromáticas, medicinais e condimentares, aliando os princípios da agricultura biológica aos métodos de produção. Disse ainda que se trata de uma atividade que necessita de mais produtores portugueses devido à procura crescente daqueles produtos por parte do mercado europeu. A finalizar a parte teórica, a instrutora Sónia Monteiro, do Método DeRose, fez uma explanação dos conceitos de alimentação saudável como um dos pressupostos para se obter uma vida saudável, lembrando que "nós somos o que comemos".

Para passar da teoria à prática, chegou a altura da confeção do almoço. Com a ajuda de um expert em cozinha vegetariana, cada um dos presentes teve possibilidade de manusear os ingredientes de agricultura biológica que foram utilizados e, desse modo, dar o seu contributo para esta ementa:

- chá de erva doce com gengibre e canela
- paté de pesto de manjericão
- sopa de abóbora com hortelã
- açorda de coentros, cogumelos e tomate
- mousse de banana e cajú

Após a refeição e algumas conversas cruzadas, procedeu-se a uma visita ao espaço ocupado pelo Cantinho das Aromáticas. Com o saber e a paixão pelo que faz, temperados com dose q.b. de bom humor, Luís Alves referiu-se ao modelo de produção utilizado e às diversas espécies ali plantadas.

No final, a cada um dos participantes foi entregue uma malga da Quercus com uma planta aromática, que poderá servir como sugestão de: plante você mesmo, em casa!

Eco Feira de Natal

No passado dia 10 de Dezembro teve lugar na Quinta da Gruta a Eco feira de Natal. Este evento reuniu várias pessoas entre voluntários, sócios e amigos da Quercus envolvidos num espírito de partilha e solidariedade natalícias. O dia começou com uma oficina de reutilização e elaboração de artigos de decoração de Natal (pratos decorativos e velas). As bancas de artesanato e a mostra de produtos biológicos animaram o espaço, divulgando artigos pautados pela originalidade e consciência ecológica.

Após o almoço partilhado, foi pedido a todos os presentes que participassem na atividade "Árvore dos Desejos", na qual foram convidados a escrever desejos para si e para o Planeta!

Seguiu-se um programa dedicado aos mais pequenos com a leitura da história "Era Uma Vez Um Urso do Gerês". Finda a hora do conto, iniciou-se, pelas 15h30, a oficina de construção de Eco presentes, a partir da reutilização de materiais. Ainda durante a tarde, decorreu uma sessão de cinema com a projeção do filme "Dirt" que explora a relação do Homem com a terra e reflexão sobre a ação do ser-humano no Planeta.

Entre boa disposição e muita vontade de colaborar, realizaram-se vários leilões cujo total angariado, por decisão das organizações presentes Quercus, Campo Aberto e FAPAS, reverteu para a Associação Criança Diferente na Maia. No primeiro duas couves foram leiloadas por 3€, no segundo uma couve e uma t-shirt por 3€ e no terceiro leilão da tarde um kit livros Ambiente foi arrebatado por 8€.

Os presentes participaram também numa feira de trocas na qual, entre outros bens, dois vasos de tecido foram trocados por dois brinquedos, dois potes de marmelada por um DVD, um estojo e um livro e um lenço por um DVD.

Entre velhos e novos amigos passou-se um serão bem animado marcado pela fraternidade, alegria e boa disposição!

Ana Mineiro

Nós e as escolas - Mais 1.000 árvores em Santo Tirso

No dia 23 de Novembro foi feita mais uma plantação de espécies autóctones em Santo Tirso, na zona da escavação arqueológica do Castro de Monte Padrão.

Organizada pela Quercus - Projeto Green Cork a plantação enquadra-se no projeto da CREL-Porto (Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável para a Área Metropolitana do Porto), que prevê a plantação de 100.000 árvores num prazo de cinco anos.

Neste dia soalheiro de novembro, o trabalho foi desenvolvido por uma equipa de sapadores florestais destacados pelo gabinete florestal da Câmara Municipal de S. Tirso que abriram mil buracos e iniciaram a plantação com a colaboração de cinquenta alunos e professores da Escola Agrícola de Santo Tirso sob orientação de voluntários da Quercus. Foram plantadas várias espécies, de medronheiros a pilriteiros, azevinho e carvalho-alvarinho, todas autóctones e resistentes aos incêndios que tantas vezes já atormentaram a zona.

Com este tipo de ação todos ficam a ganhar, não só os habitantes da região mas também os visitantes do Castro, já que em cada ano de crescimento das novas árvores o sítio vai ganhar em beleza e em proteção do solo em relação a uma erosão demasiado rápida. Ou seja, ao ajudar o ambiente, estamos a proteger também o nosso património arqueológico.

Próximas atividades

21 de Janeiro: Oficina de sabão ecológico
28 de Janeiro a 25 de Março: Curso de planeamento em Permacultura
18 e 19 de Fevereiro: Ação de Formação em Educador Ambiental
17 de Março: Curso Teórico Prático de Hortas e Jardins Verticais
24 de Março: Ação "Árvore dos desejos"
Mais informação em http://porto.quercus.pt

BIO GEO GRAFIA

NÚCLEO DE AVEIRO

Núcleo Regional de Aveiro da Quercus

Notícias do Projecto Cabeço Santo - O que há de novo?
Para quem apenas conhece o projeto Cabeço Santo destas páginas, poucas são as novidades, as atividades no terreno continuam a transformar aquela pequena parte do nosso mundo. Mas para quem já teve a hipótese de ali ir, em trabalho ou passeio, as novidades são muitas, pois as plantas não param de crescer e tudo se vai alterando, a pouco e pouco. Há ainda acácias para cortar, outras para arrancar pela raíz. Mas há também árvores e arbustos para plantar, que se vão juntar às que lá se foram plantando nos anos anteriores e que estão tão bonitas. E a novidade é que vamos ter mais uns dias em que se abrem as portas do Cabeço Santo ao trabalho voluntário, que tanta diferença tem feito para o sucesso desta importante iniciativa. Para quem tem agenda pode já tomar nota e organizar-se: janeiro: 14, 28, fevereiro: 18, março: 3, 17. Para quem não tem agenda pode já escolher uma data (é sempre aos sábados) e inscrever-se neste momento, que depois enviamos lembretes. Os contatos são os do núcleo de Aveiro, nada mais fácil, porque queremos ter mais gente a ajudar. Há sempre lugar para mais alguém, porque o trabalho é muito e os bravos voluntários que têm aparecido não se importam de conhecer mais gente corajosa e amiga do ambiente.
Nunca é demais lembrar que a inscrição é gratuita, pode ser anulada a qualquer momento sem pagar multa, há almoço e lanche vegetariano (há ementa alternativa para quem não come vegetais) e ainda se oferece uma lembrança doce, um frasquinho de mel. Mas as jornadas também podem ser anuladas se estiver um tempo muito agreste para andar no campo, sendo avisados todos os inscritos para que possam aproveitar o seu dia de outra maneira.
E para quem é de muito longe e não pode participar no terreno, há sempre uma maneira de estar com o projeto, através do blog, onde se fazem os relatos com fotografias do que se vai passando nesta parte da Serra do Caramulo: www.ecosanto.wordpress.com.

Participe na Assembleia do Núcleo - aos sócios da região de Aveiro
A direção do Núcleo de Aveiro apela a todos os associados da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza (ou não associados que eventualmente leiam este apelo e se motivem para se inscreverem como sócios), residentes na área geográfica deste núcleo, para que compareçam e participem na assembleia do núcleo, cuja convocatória (com data e hora) é publicada nesta edição do jornal (ver página 2). Sabemos que não existe tradição local de uma grande participação em movimentos cívicos, e que os tempos não são fáceis. Mas a defesa do ambiente nunca foi fácil, por ser um dos obstáculos ao avanço dos interesses económicos.
Com a progressiva degradação dos serviços públicos e privatização de setores variados, mais importantes se tornam os movimentos cívicos. Muitas são as agressões que nos são comunicadas e que tentamos encaminhar da melhor forma, mas muitas mais serão as situações em locais onde não há associados e em que as pessoas não se manifestam. A contribuição pessoal é essencial para que possamos continuar, e melhorar, a nossa luta por um Ambiente bem preservado na nossa região. Para além de continuar como associado, o que já é importante, pagando as quotas e mantendo-se informado, era muito importante haver outras pessoas a proporem atividades, responsabilizarem-se por pequenos actos de gestão, disponibilizarem-se para apoiar em determinadas áreas. E a próxima assembleia de núcleo é uma ocasião de excelência para dar um passo em frente e coordenarmos esforços, para além do convívio.
Mas há outras atividades previstas, não é só a Assembleia. Cada presença para participar nesses eventos é, só por si, uma ajuda importante.

Mais informações por telefone, 966551372 ou por e-mail: aveiro@quercus.pt, existe também uma lista de divulgação de atividades (basta comunicar-nos para aderir) e até uma página no facebook.
A qualquer hora, de qualquer dia, é sempre fácil ajudar na defesa do ambiente. Porque não telefonar neste momento? O nosso pedido está feito, ficamos à espera de respostas.

DR

NÚCLEO DE PORTALEGRE

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

Joana Alves

Joana Alves

Atividade de apanha de medronho
- Herdade Casal de Vale de Salteiros, Ponte de Sor
O Núcleo Regional de Portalegre da Quercus organizou no dia 1 de Dezembro de 2011, em Ponte de Sor, uma atividade de apanha de medronho e conhecimento das suas utilizações tradicionais
Esta atividade teve como objetivo dar a conhecer esta espécie e enquadrá-la na nossa flora autóctone e ao mesmo tempo apresentar as diferentes formas como, tradicionalmente, pode ser utilizado. Pretendeu-se que os participantes pudessem ativamente colaborar na colecta do medronho no seu meio natural, e participar na preparação de doces, compotas e da aguardente de medronho.
Pela manhã realizou-se a apanha do medronho na Herdade Casal de Vale de Salteiros, onde foi possível observar, para além dos medronheiros, outras diferentes espécies da nossa flora e fauna. A tarde foi preenchida com a preparação de duas deliciosas iguarias à base de medronho: compota de medronho e bolo com medronho, à qual se seguiu a prova das mesmas. Os participantes puderam também aprender como se prepara a tão famosa aguardente de medronho e, para quem se aventurou, prová-la.
Os medronhos apanhados, a compota e o bolo preparados ficaram com os participantes para posteriores confecções caseiras.

À descoberta da Serra de S. Mamede"
– 12 e 13 de Novembro de 2011

Os Núcleos Regionais de Castelo Branco e de Portalegre da Quercus organizaram no fim-de-semana de 12 e 13 de Novembro, uma saída de campo no Parque Natural da Serra de S. Mamede.

O Parque Natural da Serra de S. Mamede ocupa uma área aproximada de 31 750 ha, distribuídos pelos concelhos de Portalegre, Castelo de Vide, Marvão e Arronches, abrangendo dois tipos de paisagem completamente distintos. A Sul, as típicas planícies alentejanas, e a Norte, uma zona de declives mais acentuados que permitem a proliferação de um diversificado coberto vegetal. Trata-se de um local que, pelas diferentes tipologias do seu clima e geologia, apresenta uma biodiversidade notável que se manifesta sobretudo na sua flora.

Com esta atividade, pretendeu-se tomar contato com a beleza e diversidade das paisagens existentes neste Parque Natural, sendo que ao longo dos dois dias foi possível observar e identificar alguma da sua grande diversidade florística (carvalhos, castanheiros, sobreiros, azinheiras, etc.) e faunística (abutre-negro, grifos, víbora-cornuda, águia-de-asa-redonda, etc.).Pretendeu-se também descobrir algumas das particularidades geológicas da região e comprovar a tipicidade das suas povoações e respetivas tradições culturais, através da participação na Feira da Castanha e Festa do Castanheiro, na vila de Marvão.

Participaram nesta atividade cerca de 20 pessoas de vários pontos do país e no primeiro dia a partida foi de Castelo de Vide, tendo sido percorridos cerca de 12 Km, com a chegada a Marvão e à Feira da Castanha! No dia seguinte o percurso realizou-se em Galegos, junto à fronteira com Espanha, e foi ligeiramente mais curto mas igualmente rico e deslumbrante. Fica o convite para o próximo ano!

FISCALIZAÇÃO DAS DESCARGAS ILEGAIS DE RESÍDUOS PRECISA-SE!

Rui Berkemeier
CIR - Centro de Informação de Resíduos

A bem do ambiente e ... das finanças públicas

A gestão dos resíduos em Portugal tem vindo a evoluir de forma positiva, com a instalação de equipamentos de tratamento para quase todo o tipo de resíduos, complementada pela constituição de entidades para a gestão de fluxos específicos. Neste quadro seria de esperar que as descargas ilegais já fossem uma coisa do passado, mas a realidade demonstra o contrário.

Com efeito, nos últimos tempos têm vindo a público diversas ilegalidades nas áreas dos resíduos de construção e demolição (RCD), das lamas de ETAR, das sucatas e dos resíduos industriais, como são os casos em Alcanena (Covão do Coelho) ou em Montemor-o-Velho (onde uma criança ficou queimada).

Nos RCD, apesar de existirem diversas unidades licenciadas para a sua triagem, verifica-se que muitas empresas de construção, mesmo em obras públicas, continuam a fazer descargas ilegais, enquanto que nas lamas de ETAR o problema reside na fraca fiscalização, insuficiência de unidades de valorização orgânica e morosidade das entidades oficiais na avaliação dos Planos de Gestão de Lamas.

A persistência das sucatas ilegais, para além da falta de fiscalização, deve-se ao facto do Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres ainda permitir o cancelamento de matrículas sem que, ao contrário do que a lei obriga, o proprietário tenha que apresentar um documento comprovativo da destruição da viatura.

Hélder Spínola

Por seu lado, as descargas de resíduos industriais têm origem na fraca fiscalização da atividade das empresas que apenas se dedicam ao transporte de resíduos. Existindo casos em que há a suspeição de que algumas empresas licenciadas são coniventes com os transportadores, emitindo documentação certificando que os resíduos foram processados na sua unidade, quando por ali nunca passaram.

Neste quadro há que incluir a postura de algumas grandes empresas produtoras de resíduos que entregam os seus resíduos a transportadores a baixo custo, aceitando os documentos que lhes são apresentados sem terem o cuidado de confirmar qual foi efetivamente o destino dos seus resíduos.

E o que faz o Ministério do Ambiente? Procede essencialmente à inspeção da documentação das empresas licenciadas para o tratamento de resíduos, dando por vezes relevância a detalhes pouco significativos, mas quando surgem situações de descargas ilegais tem demonstrado uma grande dificuldade em atuar.

No caso do Covão do Coelho, o Ministério foi alertado em 2009 para a existência de um aterro ilegal em REN, com cerca de 20 mil toneladas de cinzas provenientes de uma central de biomassa. Mas, por incapacidade da IGAOT, tudo continua na mesma, originando uma perda de 100 mil euros para o Estado, só em Taxa de Gestão de Resíduos não cobrada.

Mas a incapacidade de fiscalização tem outros efeitos perversos. As empresas que operam legalmente são ultrapassadas por empresas ilegais, começando a sentir dificuldades em manter a sua atividade, podendo ficar em risco de encerrar.

Em conclusão, uma eficiente fiscalização da gestão dos resíduos, protege o ambiente, ajuda à criação de empresas e postos de trabalho sustentáveis e, mesmo em tempo de restrições orçamentais, é uma área onde vale a pena investir pois constitui seguramente uma importante fonte de receitas para o Estado.

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

O PLANETA VAI MESMO AQUECER!

Francisco Ferreira e Ana Rita Antunes
Grupo de Energia e Alterações Climáticas

Francisco Ferreira

Balanço da Cimeira do Clima em Durban
Durban deu um passo em frente para um tratado global mas continuamos a avançar para um aumento de temperatura de 4 ºC em relação à era pré-industrial e portanto acima de um aumento de 2 ºC que constitui o limite acima do qual as alterações climáticas serão catastróficas. O aprovado "Pacote de Durban" tem falta de ambição, não apresenta um caminho claro de redução de emissões e concordou com um fundo climático que está vazio. As conversações nas Nações Unidas sobre o clima apenas são fortes se as políticas foram igualmente fortes. Houve uma importante e positiva aliança da União Europeia com os países menos desenvolvidos e países pequenas ilhas. Os EUA conseguiram impedir muitos dos países progressistas de tomarem as ações desejadas e nesse sentido foram apoiados pelo Canadá, Austrália e Nova Zelândia. O Japão e a Federação Russa não desempenharam o papel que podiam ter assumido.
Em Durban, foi acordada a continuação do Protocolo de Quioto por mais cinco anos e um Acordo Global que entrará em vigor em 2020.

Francisco Ferreira

Quioto continua mas mais fragilizado
Quioto tem assegurado um segundo período de cumprimento que em próxima reunião será decidido se estenderá até final de 2017 ou de 2020. As associações vão exigir que os países que continuam a fazer parte do protocolo de Quioto apresentem até Maio de 2012 metas ambiciosas. O Canadá, logo a seguir ao final da Cimeira de Durban, comunicou que não vai integrar o segundo período do Protocolo de Quioto. A Federação Russa e o Japão formalizaram esta mesma intenção ainda em Durban. Portanto, o Protocolo de Quioto – protocolo que visa reduzir as emissões dos países desenvolvidos – contará com os países da União Europeia, Austrália e Nova Zelândia, e até estes dois últimos têm levantado algumas dúvidas em relação à sua permanência.

Francisco Ferreira

Francisco Ferreira

Acordo global à vista mas sem a necessária ambição e para demasiado tarde
Até 2015, um novo grupo irá trabalhar na arquitetura de um novo protocolo ou outro instrumento legal aplicável a todos os países e que assegure que o aumento de temperatura não vá além de 2ºC, ou, preferencialmente, 1,5ºC. Este novo instrumento deverá entrar em vigor em 2020.
A informação do 5º relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (relatório elaborado por cientistas que suportam as negociações, a ser publicado em 2015, depois da sua última versão datada de 2007), deverá suportar também as ações a desenvolver. No entanto, 2020 será demasiado tarde para a entrada em vigor deste protocolo pois, de acordo com os cenários climáticos conhecidos, o pico de emissões globais deveria acontecer antes de 2020 para conseguir ficar abaixo de uma temperatura global de 2ºC.
O processo não falhou mas os países falharam. As alterações climáticas continuam a afetar as pessoas no seu dia-a-dia. Muitos governos continuam a ouvir os poluidores mais do que as populações.

Nos próximos anos a pressão deverá incidir no esforço de assegurar que cada país estabelece metas de redução de emissões de gases de efeito de estufa, para além de participar nas negociações internacionais. Só assim garantimos que as gerações futuras terão um planeta para viver.

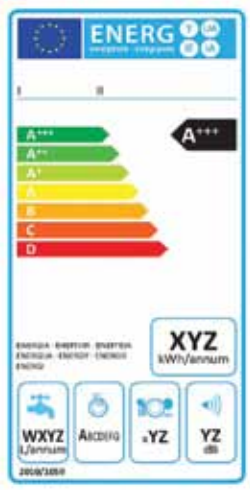
CUIDAR DAS PARTES COMUNS

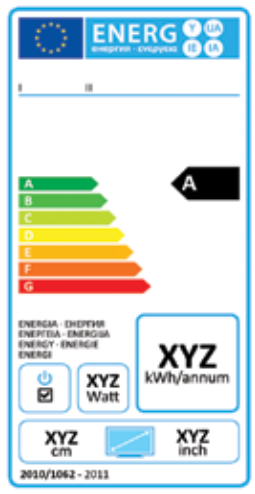
PROJECTO ECOCASA

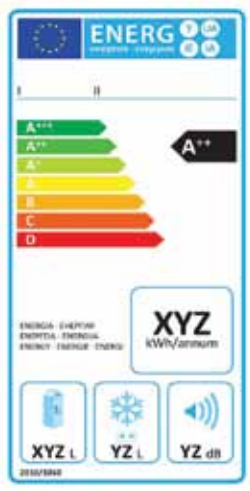
Sara Campos

Aparelhos de Refrigeração, Máquinas de Lavar e Televisores com Etiqueta Energética renovada

A versão renovada da Etiqueta de Eficiência Energética começa a estar cada vez mais presente no mercado, uma vez que é obrigatória para todos os aparelhos de refrigeração (frigoríficos e arcas), máquinas de lavar roupa e loiça e televisores colocados no mercado atualmente. Para já, esta renovação apenas se aplica a estas quatro categorias de produtos, pelo que continuaremos a avistar no mercado a antiga versão da etiqueta, quer nas categorias ainda não abrangidas (lâmpadas, fornos, aparelhos de ar condicionado, máquinas de secar e de lavar e secar) quer nos equipamentos das categorias já abrangidas colocados há mais tempo no mercado. Esta nova etiqueta pretende essencialmente acompanhar e induzir o avanço tecnológico por parte dos produtores, bem como satisfazer as crescentes exigências dos consumidores, introduzindo novas classes energéticas e removendo aparelhos menos eficientes do mercado.







Caraterísticas gerais

_Os produtos abrangidos passam a ser classificados em sete classes, de A+++ a D, subindo o nível de exigência no que respeita ao desempenho energético.

_A etiqueta é neutra quanto ao idioma e igual para todos os países da União Europeia, pois os textos dão lugar a pictogramas, a partir dos quais os consumidores podem conhecer as caraterísticas e o desempenho do produto.

_A nova legislação introduz ainda exigências quanto à publicidade e ao material promocional, como a referência obrigatória à classe energética do produto, sempre que são fornecidas informações sobre o preço ou a energia.

Particularidades

_No caso Máquinas de Lavar e dos Aparelhos de Refrigeração, apesar das novas etiquetas apresentarem um intervalo de classes de A+++ a D, já só se encontram no mercado modelos com classes de A a A+++.

_No caso dos Televisores, cuja etiqueta foi criada de raiz, o intervalo de sete classes será inicialmente de A a G. As classes A+, A++ e A+++ serão introduzidas em 2014, 2017 e 2020, respetivamente. Por cada classe mais eficiente introduzida desaparecerá uma classe ineficiente, até se chegar ao intervalo A+++ a D.

_No caso dos Aparelhos de Refrigeração, o intervalo de classes varia consoante se tratem de aparelhos de refrigeração por compressão ou convencionais (sete classes de A+++ a D) ou aparelhos de refrigeração por absorção (dez classes de A+++ a G).

_Os Aparelhos de Armazenagem de Vinho (ou garrafeiras) têm uma etiqueta própria, semelhante à dos Aparelhos de Refrigeração, com um intervalo de dez classes de A+++ a G; a diferença está na substituição das capacidades dos compartimentos de congelação e de não congelação pela capacidade em garrafas normais.

Datas

_Todos os aparelhos de refrigeração e televisores colocados no mercado desde 30 de Novembro de 2011 têm que apresentar, de forma visível, a nova etiqueta energética. No caso das máquinas de lavar roupa e louça essa obrigatoriedade apenas começou a 20 de Dezembro de 2011.

_Em Julho de 2010 foi aplicado um requisito de conceção ecológica que implicava retirar do mercado todos os aparelhos de refrigeração (frigoríficos por compressão, congeladores/arcas) com classe inferior a A. Desde Dezembro passado que este mesmo requisito passou também a abranger todas as máquinas de lavar roupa e louça (para mais de 11 serviços individuais).

Estimativas de poupança

Ao comprar:

_um combinado de classe energética A+++ pode poupar 35€/ano em energia, comparativamente a um de classe A.

_uma máquina de lavar louça ou roupa de classe energética A+++ pode poupar 8€/ano em energia, comparativamente a uma de classe A, considerando 3 lavagens semanais. Mais informações: **www.ecocasa.pt**

TOPTEN .PT

Os líderes em eficiência energética - Topten.pt com todas as categorias de produtos atualizadas

O site Topten.pt vai entrar em 2012 com todas as suas categorias de produtos atualizadas. Por outras palavras, os consumidores poderão conhecer os produtos energeticamente mais eficientes em várias categorias, atualmente comercializados no mercado. Lâmpadas, máquina de lavar roupa e loiça, frigoríficos, automóveis, monitores, impressoras e congeladores/arcas – são estas as oito categorias possíveis de consultar, todas elas correspondentes a equipamentos ou aparelhos que, apesar de não comprarmos todos os dias, usamos todos os dias. Daí que a compra deva ser ponderada e também vista como um investimento, até porque um equipamento mais dispendioso mas mais eficiente será, ao longo da utilização, mais barato em termos de consumo energético. Em todas as subcategorias de cada grupo de produtos é apresentado o ranking dos 10 modelos mais eficientes, podendo a ordenação do mesmo ser feita por vários critérios à escolha de quem consulta.

Questionário online

Para que possamos continuar a fornecer aos consumido-res toda a informação necessária e perceber de que forma uma ferramenta de consulta como Topten.pt tem ajudado e pode ajudar nas opções de compra dos portugueses, disponi-bilizamos-lhe um pequeno questionário que pode aceder em www.topten.pt.

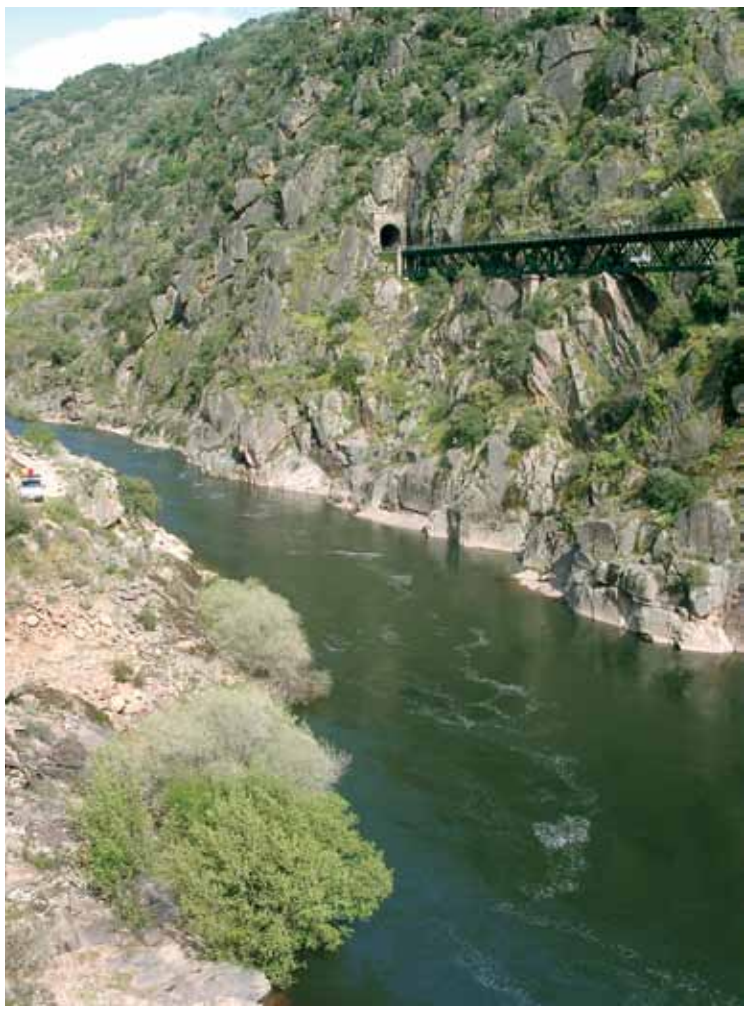
Dê-nos a sua opinião!

Durante os meses de Novembro e Dezembro, a Quercus desenvolveu um Passatempo Topten, desafiando os portugueses a tirar uma fotografia criativa junto de um qualquer equipamento presente na página Topten.pt, em qualquer categoria. Em casa, na rua, numa loja, o critério principal foi a originalidade e, por isso, a grande vencedora foi a Maria Neves, de Fafe! Como prémio, levará para casa uma Multifuncções CANON PIXMA MG2150 (presente do Topten, claro).

A Quercus dá os Parabéns à Maria e agradece a todos os participantes.

PLANO NACIONAL DE BARRAGENS

Grupo de Trabalho da Água



Idalina Perestrelo

Tua

LUTO PELO DOURO VINHATEIRO

Património Mundial da Humanidade vale muito mais que 80 milhões de euros!

A Quercus, o GEOTA e o CEAI associaram-se, no dia 14 de Dezembro, às comemorações dos 10 anos do Douro Património da Humanidade, mas de luto. Perante o risco do Alto Douro Vinhateiro perder a classificação de Património da Humanidade pela UNESCO, as associações signatárias exigem que o governo suspenda a obra para que os prejuízos não sejam maiores. Os próximos 10 anos do Douro como Património Mundial decidem-se agora.
Desde 2007 que várias entidades andam a alertar para o perigo da desclassificação por parte da UNESCO. Com base no valor do concurso e da percentagem de trabalhos executados até agora, as associações signatárias estimam que o investimento feito até agora na concessão, projetos e estaleiro não irá além de 80 milhões de euros. Deixar a obra continuar significa perder a classificação de património da Humanidade e ter uma barragem que não vale mais do que 0,1% da energia elétrica do País, com um custo futuro de 3200 milhões de euros para consumidores e contribuintes. Cabe ao governo decidir entre os interesses privados da EDP ou o interesse público dos portugueses.
A construção da Barragem do Foz Tua significa a perda de uma paisagem e uma ferrovia únicas no mundo, turismo de qualidade e agricultura sustentável. Parar esta obra agora é quarenta vezes mais barato do que deixá-la avançar. É um crime social, ambiental, cultural e económico. Trata-se de uma vergonha nacional e alvo de crítica de outros países onde o vinho do Douro é uma marca bem conhecida. É necessário acabar com a ideia que uma barragem é sinal de desenvolvimento. O contributo de uma barragem para o desenvolvimento local é temporário e ilusório. Basta analisar o que aconteceu nas muitas dezenas de locais onde foram construídas grandes barragens. Após o período de construção, que promoveu alguns postos de trabalho na construção civil e nos serviços associados, os locais permanecem desertos e carenciados de investimento. Não há memória em Portugal de qualquer barragem ter criado desenvolvimento local duradouro.
O Programa Nacional de Barragens, onde a Barragem do Foz Tua se destaca como um dos casos mais deploráveis, deve ser cancelado. As nove grandes barragens aprovadas permitiriam satisfazer apenas 3% das necessidades anuais de eletricidade de Portugal. Apostar em medidas de eficiência energética é dez vezes mais barato do que aumentar a capacidade instalada de produção de eletricidade.

Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza
GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
CEAI - Centro de Estudos da Avifauna Ibérica

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

BALANÇO AMBIENTAL

Direção Nacional da Quercus
- Associação Nacional de Conservação da Natureza

BALANÇO AMBIENTAL 2011
(-) Desinvestimento nos Transportes Públicos e Falta de controlo no Nemátodo da Madeira do Pinheiro
(+) Abandono de obras públicas com fortes impactes e Transposição da diretiva sobre resíduos

O ano de 2011 foi marcado pela crise financeira mundial que atingiu de forma particular a Europa e Portugal em particular. Apesar das oportunidades que uma situação deste tipo representa para a preservação do Ambiente, num contexto de alteração necessária de comportamentos, infelizmente, e tirando algumas exceções, essa mensagem parece ainda não ter passado para os cidadãos e para os decisores.
Assim, esta crise financeira, para além de ter como consequência a diminuição do bem-estar da população, tem acabado por desviar a atenção da opinião pública dos graves problemas ambientais que continuamos a viver, levando inclusivamente a comportamentos com objetivos limitados a curto prazo, ao invés de privilegiar ações com implicações positivas a médio e longo prazo.
Como tem acontecido em anos anteriores, a Quercus faz um balanço ambiental relativo ao ano de 2011, selecionando os melhores e os piores factos, apresentando algumas perspetivas para o ano de 2012:

OS PIORES FACTOS AMBIENTAIS DE 2011

Desinvestimento nos Transportes Públicos
Em sequência do Plano Estratégico dos Transportes apresentado pelo Governo, o corte de várias linhas ferroviárias, nomeadamente no interior do país, ameaça de forma irreversível a coesão territorial e também social, afetando as populações mais frágeis e aumentando o seu isolamento. O corte de várias carreiras urbanas, bem como o aumento do preço dos transportes, incluindo o fim da bonificação para alguns segmentos da população (nomeadamente estudantes), irá igualmente ter um forte impacto ao nível da mobilidade nas áreas metropolitanas. As medidas propostas irão diminuir ainda mais a competitividade dos transportes coletivos face ao transporte individual, potenciando o uso do automóvel nas deslocações urbanas com o consequente aumento dos problemas de qualidade do ar e de mobilidade, por exemplo nas cidades de Lisboa e Porto e suas envolventes.

Continuação do Plano Nacional de Barragens
Não é compreensível a teimosia do atual executivo em prosseguir com o Plano Nacional de Barragens, mesmo depois de ter noção dos custos sociais, ambientais e económicos que o mesmo trará no médio/ longo prazo a Portugal. E a atitude de prosseguir com a construção da Barragem do Tua, mesmo após todos os avisos, poderá colocar o Património da Humanidade do Douro Vinhateiro em risco, mesmo que se procure compensar o impacte irreversível da Barragem do Tua na paisagem do Douro Vinhateiro com a "pintura" o paredão da barragem.

Planos de Região Hidrográfica
Atrasados mais de dois anos em relação ao prazo estipulado pela União Europeia, encontram-se presentemente todos, sem exceção, em consulta pública, esperando-se que sejam aprovados e entrem em vigor no segundo semestre de 2012. Lamentável é os mesmos não terem incluindo nas suas análises e previsões, os aproveitamentos hidroelétricos, quer o próprio Plano Nacional de Barragens (que terá um impacte de elevado magnitude e irreversível na bacia do Douro), quer as várias mini-hídricas (cujos concursos foram lançados previamente à consulta pública dos Planos de Região Hidrográfica), considerando que estas são infraestruturas com um elevado impacte nas bacias hidrográficas, nomeadamente na conetividade dos cursos e das massas de água e com efeitos nos vários usos.

Falta de controlo no Nemátodo da Madeira do Pinheiro
A falta de controlo efetivo na propagação de doenças florestais como o Nemátodo da Madeira do Pinheiro está a provocar a murchidão e um declínio acentuado nas áreas de pinhal-bravo em Portugal, devido à falta de apoio aos proprietários florestais e meios de erradicação no terreno para controlar a doença, com a consequência nefasta da expansão de plantações ilegal de monoculturas de eucalipto, sem que exista capacidade das autoridades em controlar a situação.

Falta de fiscalização e ilegalidades na área dos Resíduos
O colapso da fiscalização dos resíduos, em particular nos casos dos resíduos de construção e demolição, dos industriais e das lamas de ETAR e a continuação das ilegalidades na gestão dos veículos em fim de vida, com 42% (cerca de 60 mil viaturas) que são enviados para destinos ilegais, por incapacidade do Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres, são aspetos que revelaram o ainda muito que existe por fazer nesta área.

Energia no Orçamento de Estado para 2012
Fruto do Orçamento de Estado para 2012, o ano de 2011 será o último ano com incentivos fiscais às energias renováveis e à eficiência energética em sede de IRS como benefícios fiscais, sendo que o IVA de aquisição de equipamentos para energias renováveis aumentará 10%, a partir de 1 de Janeiro, de 13 para 23%.

Falta de recursos põe em causa a saúde pública
A falta de recursos afetos ao controlo da qualidade do ar e da água ameaça a saúde pública, na medida em que a monitorização da água ou da qualidade do ar está a deixar de ser realizada de forma regular por este motivo, com todos os riscos inerentes à saúde das populações.

Transvases no rio Tejo
Transvases realizados em Espanha retiraram água em excesso ao rio Tejo e fizeram diminuir o caudal para níveis preocupantes. Em Julho de 2011 verificou-se um caudal muito reduzido no rio Tejo, junto ao castelo de Almourol, sendo já esta uma situação recorrente e tendo-se em 2010 já alertado para este problema. A redução drástica do caudal do rio cria problemas ao nível da conservação dos ecossistemas aquáticos, destrói a paisagem natural e põe em causa as infraestruturas de apoio às atividades fluviais, nomeadamente aquelas que estão disponíveis para a época balnear.

Acidente nuclear no Japão – Fukoshima
Em Março 2011 ocorreu um grave acidente nuclear na central nuclear de Fukoshima no Japão. Não se conhecendo ainda neste momento a total dimensão deste acidente, já é certo que terá sido um dos mais graves da história. Com os três maiores acidentes nucleares da história mundial a terem ocorrido em três dos países mais avançados nas tecnologias da indústria nuclear e é importante pois, reflectir sobre os problemas de segurança inerentes a este tipo de centrais e adoptar um plano progressivo de desmantelamento das mesmas.

Hélder Spínola

Sobreiro

OS MELHORES FACTOS AMBIENTAIS DE 2011

Abandono de obras públicas com fortes impactes
O abandono de várias obras públicas que não se encontravam suficientemente justificadas e não eram realmente necessárias, nomeadamente o Novo Aeroporto de Lisboa e algumas das vias rodoviárias previstas, como a Estrada Regional 377-2 que iria atravessar a Mata dos Medos e as Terras da Costa, foram medidas positivas anunciadas pelo Governo, sendo no entanto ainda necessária uma revisão em baixa do Plano Rodoviário Nacional.

Sobreiro é "Árvore Nacional"
O sobreiro foi decretado "Árvore Nacional", por unanimidade, pela Assembleia da República. Espera-se que esta medida contribua para a resolução dos problemas que afetam os sobreiros e os montados (doenças, envelhecimento, redução do número de árvores) e que permita a sua valorização e expansão nas áreas onde já esteve presente no território nacional.

Transposição da diretiva sobre resíduos
Foi transposta para a legislação nacional a diretiva comunitária sobre resíduos, dando prioridade à prevenção e à reciclagem e estabelecendo metas ambiciosas de reciclagem para resíduos urbanos, resíduos de construção e demolição e óleos lubrificantes usados.

Açores declara-se Zona Livre de Transgénicos
Depois da Região Autónoma da Madeira, seguiu-se agora a dos Açores a declarar-se Zona Livre de Transgénicos, através da aprovação de um decreto regional, declarando o arquipélago como zona livre do cultivo de organismos geneticamente modificados (OGM). Fica assim proibida a cultura, sementeira, plantio ou criação, por qualquer método ou técnica, de organismos geneticamente modificados, à exceção da produção ou introdução para fins de investigação científica ou desenvolvimento tecnológico de manifesto interesse público.

Hortas urbanas de regresso
A expansão do fenómeno das hortas urbanas promovidas, quer do ponto de vista institucional, quer do ponto de vista particular ou associativo, e que alastram de Norte a Sul do País, promovem a eco-sustentabilidade e complementam a subsistência e/ou o rendimento das populações, para além de terem um papel relevante ao nível do lazer e coesão social.

Ano Internacional das Florestas em 2011
A Assembleia-Geral das Nações Unidas designou o ano de 2011 como o Ano Internacional das Florestas, com o tema "Florestas para Todos". Um dos objetivos principais foi a promoção da conservação das florestas em todo o mundo, com diversas iniciativas de sensibilização da população para a importância que as florestas desempenham no desenvolvimento sustentável global.

PERSPECTIVAS AMBIENTAIS PARA 2012:

Futuro da floresta em Portugal
Numa fase em que assiste a um declínio das florestas de outras espécies, tais como o pinheiro-bravo nas áreas do centro e norte do País, alguns sectores de interesse pretendem a expansão das áreas de eucalipto em Portugal e a promoção de novas plantações intensivas, que aumentam a monocultura desta espécie. Esta situação é preocupante, demasiado prematura e pouco adaptada à nossa realidade e qualquer intenção que pretenda uma eventual expansão da área de eucalipto em Portugal carece de estudos especializados e independentes que demonstrem a sua viabilidade, para além de implicar um alargado debate sobre o que o País pretende efetivamente para a sua Floresta de futuro.

Desempenho ambiental da EDP
A compra da participação estatal da EDP (21,35%) pela empresa China Three Gorges, e a estratégia que esta quererá implementar em Portugal, é motivo para apreensão e expectativa. Esta empresa chinesa foi responsável pelo polémico projeto de barragens no rio Yangtzé, denunciado pela Amnistia internacional devido à falta de respeito pelos direitos humanos e ambientais, mas sendo as condições sociais e o enquadramento legal em Portugal, substancialmente diferentes dos da China, será de acompanhar com vigilância e sentido crítico, o rumo que a EDP no seu todo irá tomar.

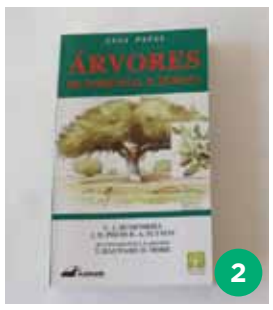
Limitação à exportação de materiais recicláveis
Durante o ano de 2012 deverão existir medidas de concretização da intenção do Ministério do Ambiente em limitar a exportação de materiais recicláveis e assim defender a indústria portuguesa de reciclagem.

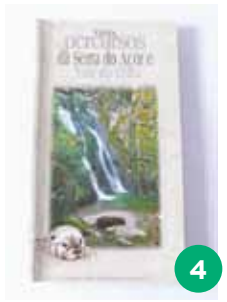
Reforço da produção agrícola nacional mas de forma sustentável
De acordo com as intenções anunciadas pelo Governo, 2012 deverá ser um ano em que a produção agrícola nacional deverá ter um incremento, como forma do país ultrapassar muitas das carências que revela ao nível da produção de alimentos e aumentar as nossas exportações. Sendo esta sem dúvida umas das áreas onde poderemos e devemos investir, é contudo fundamental acautelar impactes no Ambiente, tanto a curto como a médio/longo prazo e como tal adotar critérios exigentes ao nível daquilo que deverá ser a produção a desenvolver, com produtos de qualidade, respeitadores do Ambiente e de preferência em modo do produção biológico.

Modos Suaves de Mobilidade
Tendo em conta o aumento dos preços dos combustíveis e a diminuição dos rendimentos das famílias em perspectiva, 2012 será definitivamente um ano para que se opte com mais frequência, e sempre que possível, pelo transporte a pé, de bicicleta e de transportes públicos, evitando o uso do automóvel e contribuindo assim para ganhos na saúde individual e na luta contra a emissão de gases com efeito de estufa e as consequentes alterações climáticas.

Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos em 2012
A ONU declarou o ano de 2012 como o Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos. Este anúncio faz parte de uma iniciativa maior que até ao ano de 2030 pretende assegurar que todos tenham acesso a serviços modernos de energia, reduzir em 40% a intensidade energética global e aumentar em 30% o uso de energias renováveis em todo o Mundo. Espera-se por isso, que a iniciativa tenha o apoio dos vários governos, empresas e sociedade civil, de modo a que as questões da energia sustentável se assumam definitivamente como uma prioridade mundial.

Rio + 20
Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
O Rio de Janeiro acolherá, de 20 a 22 de junho de 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, vinte anos depois da histórica Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992. O Rio+20 é uma Conferência sobre desenvolvimento sustentável e não apenas sobre o Ambiente, sendo que o desafio da sustentabilidade constitui uma oportunidade para a alteração do modelo de desenvolvimento económico atual, que ainda tem dificuldades de incluir plenamente preocupações com o desenvolvimento social e a proteção ambiental.





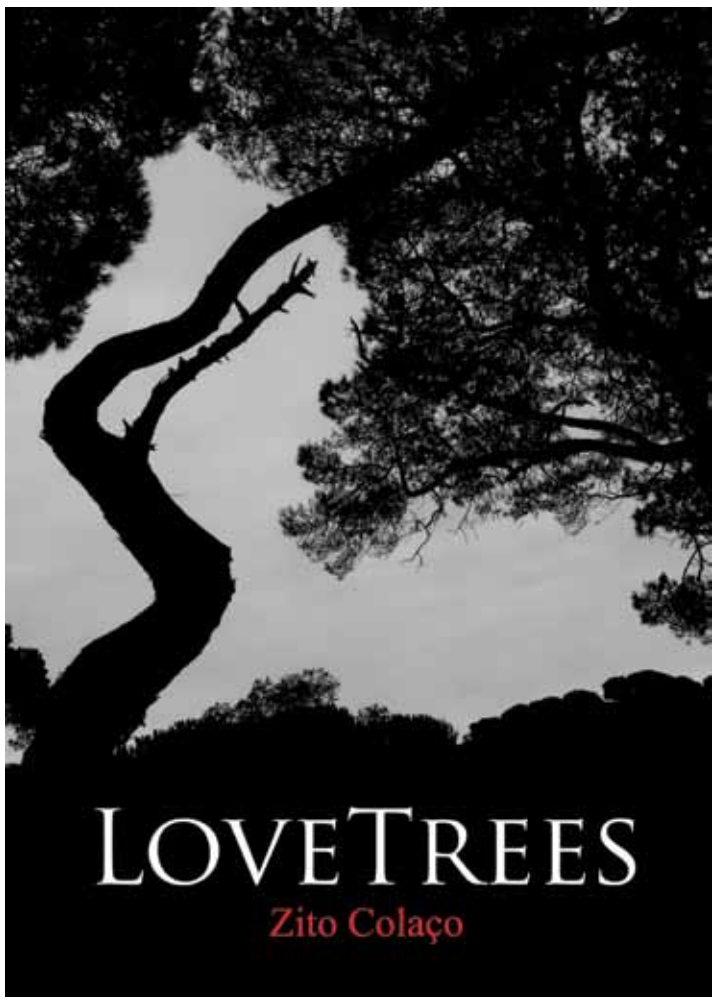
1 **Anfíbios –** 20,00€
2 **Árvores –** 25,00€
3 **Aves –** 25,00€
4 **Serra Açor –** 15,00€
5 **Serra Sicó -** 15,00€
6 **Tejo -** 15,00€
7 **Cal 2011 –** 2,00€
8 **Fão –** 20,00€
9 **Era uma vez um Urso –** 7,00€
10 **Contos da Biodiversidade –** 8.00€
11 **OGMA –** 3,50€
12 **Casa Ninho –** 15,00€
13 **Caixa Xisto -** 19.28€
14 **Caracol -** 51,60€
15 **Elefante –** 30,00€
16 **Hipopótamo –** 27.80€

A e-loja da Quercus é uma loja on-line que pretende colocar à disposição dos cidadãos uma gama de artigos ecológicos e apresentar ao público o material publicado pela Quercus - ANCN. A Quercus oferece assim a oportunidade de consumir de forma mais saudável, responsável e equilibrada.
Ao optar por um consumo responsável, comprando na loja Quercus, está a fazer não só um pequeno gesto em prol da sustentabilidade, mas também um grande contributo para a preservação da biodiversidade, na medida em que todas as receitas não reinvestidas revertem para o Fundo Quercus de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, onde serão aplicadas em projetos como a rede de reservas biológicas.

e-LOJA QUERCUS

Como comprar na e-loja da Quercus?
É prático e cómodo realizar compras na loja Quercus, para isso basta aceder à página da loja: http://e-loja.quercus.pt , ou seguir o link existente na página da Quercus em: http://www.quercus.pt, escolher os artigos e a quantidade pretendidos e seguir as instruções sugeridas nas “condições de venda” presentes nesta página.
Como forma de pagamento o cliente poderá optar pela transferência bancária, pela emissão de cheque ou de vale postal. Em breve estará disponível a opção de pagamento através de multibanco. Caso o cliente seja sócio da Quercus beneficiará de um desconto de 5% sobre o preço do artigo e poderá ainda optar pelo envio da encomenda através de cobrança postal.
Consuma de forma moderada e responsável!

LIVROS

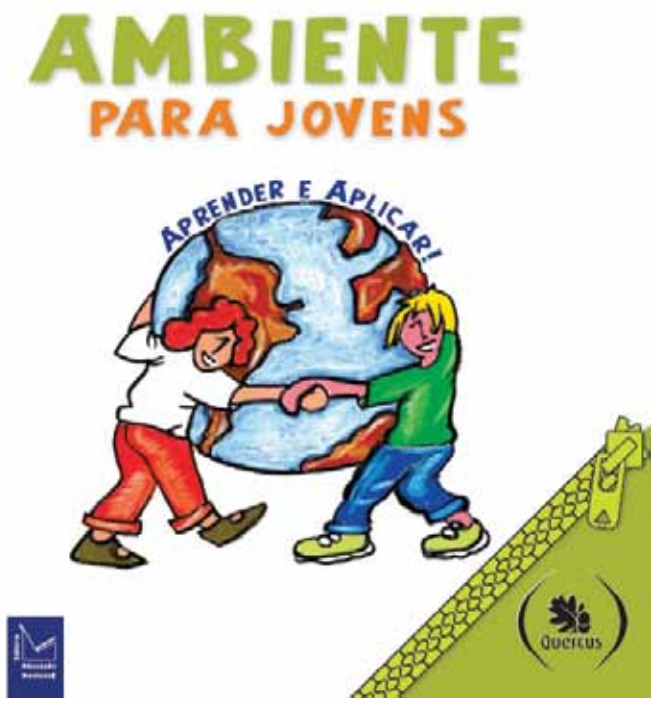


Love Trees

Porque educar ambientalmente também é despertar para a beleza natural que, muitas vezes, nos passa ao lado, existe este livro. No seguimento do projeto Love Trees, esta obra gráfica, com fotografias a preto e branco de Zito Colaço e cinco poemas de Nuno Miguel Dias, alerta para a beleza inerente às formas que os pinheiros mansos (Pinus pinea) adquirem na Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos parte integrante da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica. Uma outra forma de olhar para uma mancha florestal que, não obstante a sua proximidade com a capital portuguesa, dispõe de caraterísticas únicas, flora e fauna riquíssimas e, por outro lado, sofre de algum obscurantismo. Ameaçadas pelo crescimento urbano, estas Love Trees, muitas com largas centenas de anos, não só contam histórias como despertam a nossa sensibilidade para uma beleza única. Que é urgente proteger.

Autor: Zito Colaço e Nuno Miguel Dias

Aquisição: Aguarda edição



AMBIENTE PARA JOVENS: Aprender e Aplicar

Num momento em que as questões ambientais assumem uma posição de destaque na sociedade, a Quercus e a editora Educação Nacional dão vida a uma obra atual e apelativa dedicada a esta temática.

Um livro que educa e orienta os jovens em temas como as alterações climáticas, a poluição, as energias renováveis, a extinção de espécies, a escassez de água e a reciclagem, entre outros. O texto acessível e as ilustrações dinâmicas permitem uma leitura estimulante desde o primeiro ao último capítulo.

Esta é também uma excelente obra de consulta para estudantes e professores, com grande utilidade no desenvolvimento de trabalhos e atividades escolares.

"Ambiente para jovens " junta o objetivo de educar com o de promover a adoção de novos hábitos diários que contribuam para um ambiente mais saudável e para uma melhor qualidade de vida nas atuais e futuras gerações

Autores: Hélder Spínola; Filipa Alves; Idalina Perestrelo; Sandra Oliveira; Vanda Marques

Ilustrador: Gabriel Lagarto

Editora: Educação Nacional

Preço: 8,80 €

Aquisição: Pode adquiri-lo na página da Quercus na seção da e-loja

CONSELHO AMBIENTAL

Alexandra Azevedo

sementes de freixo à esquerda, sementes de zêlha à direita

Propagação por semente
ZÊLHA e FREIXO

A propagação por semente da zêlha - *Acer monspessulanum* e do freixo - *Fraxinus angustifolia* é muito fácil, pois não é necessário qualquer procedimento de preparação das sementes e germinam com facilidade.
Basta colher as sementes quando maduras (de julho a setembro no caso da zêlha e de setembro a dezembro no caso do freixo) e semear a cerca de 1,5 cm de profundidade, no outono. Apenas é necessário ter o cuidado de manter as sementes bem conservadas, ou seja bem secas e acondicionadas (num frasco de vidro tapado depois, por exemplo) até ao momento da sementeira no caso da recolha ter sido efectuada no final do verão, pois caso contrário é colher e semear de seguida.

Para mais informações consultar "Da semente se faz a árvore" p.31 – 32 e 46 – 47, http://criarbosques.wordpress.com/da-semente-se-faz-a-arvore/

Alexandra Azevedo

ECOTOPIA

MONTE BARATA

Esta propriedade com cerca de 409 hectares, adquirida pela Quercus em 1992, fica situada nas freguesias de Malpica do Tejo e Monforte da Beira (concelho de Castelo Branco) e dista cerca de 5,5 Km desta última povoação. É constituída essencialmente por montado de azinho e sobro, com algumas árvores de grandes dimensões, possui olival e áreas de pastagem natural e algumas galerias de vegetação ripícola mais ou menos preservadas ao longo das ribeiras do Marmelal e do vale Juncoso.

Idalina Perestrelo

Com um denso e coberto arbóreo constituído à base de azinheiras e sobreiros, na sua maioria de grandes dimensões, o Monte Barata alberga uma extensa área de exuberante vegetação mediterrânica que contrasta por vezes com o coberto vegetal das áreas envolventes que foi progressivamente eliminado e substituído por culturas agrícolas ou plantações de eucaliptos. Aqui se podem observar muitas das espécies referidas para a área do Tejo Internacional desde os veados e javalis às grandes aves de rapina ou às cegonhas pretas.

Pretende-se aqui realizar atividades de conservação dos solos, projeto de arborização e manutenção/fomento da área de montado, manutenção de olival, atividades de conservação da Natureza, turismo natureza, educação ambiental, investigação, etc.

Acessos: Existem hoje estradas de boa qualidade desde Castelo Branco até Monforte da Beira. Junto à saída desta povoação para Castelo branco, no primeiro cruzamento à esquerda segue um estreito e sinuoso caminho alcatroado por entre muros e sebes. Um quilómetro depois surge várias saídas à direita deste caminho, em direção ao vale do Tejo. Há que virar no 2º ou no 3º destes desvios em terra batida. Qualquer deles dá acesso ao Monte Barata por caminhos onde há que ter algum cuidado, especialmente durante o Inverno.

Alojamento: No Monte existem camaratas e quartos com condições para acolher um máximo de 28 pessoas. Existe cozinha e banho quente. Há eletricidade de origem foto-voltaica (energia solar). O Monte possui também um auditório para realização de palestras e reuniões. São concedidos descontos a membros da Quercus com quota atualizada e a grupos, consoante a sua dimensão. É conveniente que as reservas sejam efetuadas, de preferência, com 8 dias de antecedência.

Para informações e reservas contatar por correio electrónico: **castelobranco@quercus.pt** ou pelo telefone: **272 324 272**.

CASA RETIRO DO ROSMANINHAL

Estrategicamente localizada na aldeia do Rosmaninhal e nas proximidades do Parque Natural do Tejo Internacional, a Casa-retiro encontra-se a 30 Km de Idanha-a-Nova, 53 Km de Castelo Branco e 34 Km da fronteira (Segura). A casa destina-se a alojamento dos visitantes que procuram conhecer os patrimónios natural e histórico-cultural do Parque Natural do Tejo Internacional, bem como da área envolvente (Idanha-a-Velha, Monsanto, etc), servindo de apoio ao Turismo de Natureza que se pretende seja compatível com a preservação dos valores naturais e com as premissas de desenvolvimento local sustentável.

Paralelamente ao serviço de acolhimento, prevê-se a organização regular de atividades de animação ambiental:

• interpretação ambiental (visitas guiadas para grupos e estabelecimentos de ensino),
• formação ambiental (mini-cursos de iniciação à identificação de fauna e flora) e atividades desportivas (passeios de BTT).

Acessos rodoviários: A partir de Castelo Branco, seguir pelo IC8 e depois pela EN-240 em direção às Termas de Monfortinho, passando pelo Ladoeiro. A 7 Km da Zebreira, no cruzamento para o Rosmaninhal, tomar a EM-353 percorrendo os 13 Km até esta aldeia. A Casa-retiro situa-se ao lado da capela do Espírito Santo.

Alojamento: A Casa-retiro possui 5 quartos com capacidade para alojamento de 10 hóspedes, 2 casas de banho completas com água quente, cozinha totalmente equipada, sala de estar e logradouro. São concedidos descontos a membros da Quercus com quota atualizada e a grupos, consoante a sua dimensão. É conveniente que as reservas sejam efetuadas, de preferência, com 8 dias de antecedência. Para informações e reservas contatar por correio electrónico: **prmonteiro@oniduo.pt** ou pelo telefone: **277 477 463.**

Idalina Perestrelo

RETRATO

CURSO DE PLANEAMENTO EM PERMACULTURA

28 Janeiro a 25 de Março - Porto

No dia 28 de Janeiro arranca no Porto uma viagem de 5 fins-de-semana pelo mundo da Permacultura. Um curso organizado em parceria pela Quercus e o Serviço Educativo da Fundação de Serralves. Fim-de-semana sim, fim-de-semana não, os 3 formadores deste curso, irão mostrar que a qualidade de vida real e duradoura, não se atinge com dinheiro mas com conhecimento, engenho e ética.

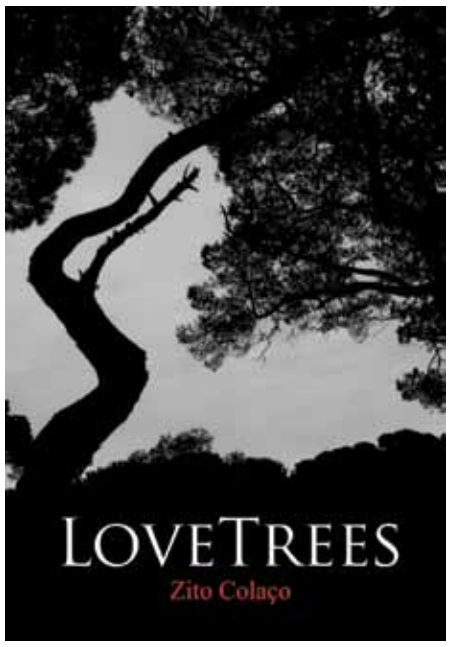
Este curso é um "PDC – Permaculture Design Course" – o curso de 72 horas criado por Bill Mollison – é um dos primeiros a ser realizado totalmente em português em Portugal e o primeiro de sempre a ser realizado no Porto. Dentro da cidade, mas no espaço privilegiado da Fundação de Serralves, serão desenvolvidas várias atividades teórico-práticas; o curso conta ainda com sessões ao fim da tarde dinamizadas em associações culturais da cidade, bem como com um fim de semana de visita a quintas de permacultura.

Fins de semana abrangidos:

- 28 e 29 Jan
- 11 e 12 Fev
- 25 e 26 Fev
- 10 e 11 Mar
- 24 e 25 Mar

Mais informações sobre como participar: www.permacultura.pt.la

PARTICIPAR



Zito Colaço

A Floresta, esse lugar mágico que já existia antes da humanidade e que, por isso, começou por inspirar medo, exerce ainda hoje um fascínio que se adensa quanto mais nos afastamos dela, em direção às cidades. E o que acontece quando é a cidade que se aproxima, perigosamente, da floresta? O projeto Love Trees, pretende sensibilizar para a conservação e preservação da natureza e está associado a várias atividades neste âmbito, tais como, exposições de fotografia, palestras, workshops de fotografia de natureza, cursos de sobrevivência, atividades pedagógicas, música, organização de caminhadas e passeios pedestres. Pretende partilhar uma nova visão de conservar a natureza, defendendo e valorizando os princípios de atuação que contribuem para o desenvolvimento de uma consciência e de uma cultura ambiental mais sustentável, incidindo, para isso, sobre um universo muito próprio: Os pinheiros mansos (Pinea pineas) da Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos, parte integrante da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica, uma floresta que, dada a sua proximidade com Lisboa, tem tanto de rico e fascinante como de desconhecido por parte de quem a cruza para chegar às praias, das mais procuradas durante o Verão por razões óbvias. Detentora de uma fauna e flora riquíssimas, esta mancha florestal a escassos dez minutos da capital portuguesa está, porém, ameaçada pelo avanço urbanístico ditado por essa mesma proximidade. É, pois, urgente, que se despertem consciências. Mas nem sempre isso tem de ser feito pelas vias institucionais ou, sequer, tradicionais.

A ideia nasceu de um amor pela floresta de um habitante local. Mas também de um ímpeto criativo. Luís Alexandre dos Santos Colaço, ou Zito Colaço, como é conhecido profissionalmente, é fotógrafo profissional. Nasceu, assim, um projeto para um livro Love Trees. Imagens a preto e branco retratando as estranhas formas que os pinheiros mansos adquirem, dadas as caraterísticas do local onde crescem (no topo de uma arriba junto ao mar e sujeitos à ação dos ventos), com poemas de Nuno Miguel Dias, jornalista de viagens, é uma obra gráfica. Mas LoveTrees é também uma exposição de fotografias itinerante, um blogue e um filme. Extrínseco a esta vertente mais criativa, há, contudo, um conjunto de atividades pedagógicas que visam um público menos desperto para as artes, sensibilizando-o para a urgência de conservação deste lugar único: passeios pedestres (como o que terá lugar no próximo dia 14 de Fevereiro de 2012) e workshops organizados no próprio local ou no Bilma Camp Holiday Action. Para além da sua preenchidíssima agenda laboral e do Projeto Love Trees, Zito Colaço foi o criador do projeto Bilma - Comunicação e Natureza, Ao Pé do Mundo - Grupo de Caminhadas e Passeios Pedestres, faz cinema, dá formação de fotografia de Natureza, organiza caminhadas e passeios pedestres. Recentemente, foi convidado para colaborar como Guia de Montanha para uma agência de viagens.

AS ÁRVORES DO AMOR – UM PROJETO

ZOOM

Zito Colaço

CONTO DA NATUREZA

MARGARIDA: O MEXILHÃO QUE SALVOU UM RIO

Cláudia Silva ilustração: **Nicolau Fernandes**

Olá! Eu sou a Margaritifera margaritifera mas podem-me chamar Margarida. Sou um mexilhão-de-rio do norte e vivo no rio Beça. Isto pode ser uma surpresa para muitos, mas não é só no mar que existem mexilhões. O mexilhão-de-rio é um molusco tal como o do mar, ou seja tem o corpo mole. Somos bivalves tal como os do mar, que é como quem diz "temos duas conchas". A grande diferença é que nós não suportamos água salgada, gostamos mesmo é de água doce, muito limpinha e bem fria.

Já fomos muitos, milhares só em Portugal! Éramos felizes nos rios do norte onde a água era limpa, livre e bem fresquinha. Não somos fãs de águas paradas, embora nós não nos mexamos muito, gostamos de águas correntes. É que os mexilhões-de-rio alimentam-se da água. É verdade! A água dos rios tem tudo o que precisamos. Usamos os nossos filtros especiais, os cílios, para separar as minúsculas partículas e seres vivos que nos servem de alimento. Por isso é muito importante a água ser limpa e corrente, senão ficamos doentes – e quem nos comer também fica!

O que aconteceu foi que, por causa das pessoas, a água dos rios começou a ficar cada vez mais suja e poluída. Isto fez com que os mexilhões começassem a ficar doentes e a morrer. Além disso começaram a fazer barragens nos rios. As barragens são enormes construções que as pessoas fazem para prender a água dos rios e depois a transformarem em eletricidade para usarem nas suas casas. Só que ao prender a água deixamos de ter água corrente e como sabem nós em águas paradas não conseguimos ficar. Além disso as nossas amigas trutas e os salmões, que nos dão boleia rio acima quando ainda somos larvas, esbarram na barragem e não conseguem passar. Sem a nossa água limpa e sem os nossos meios de transporte fomos desaparecendo e aqui há uns anos até nos declararam extintos em Portugal!

Depois desta desgraça e do mal feito, é que as pessoas perceberam que o mexilhão-de-rio não podia ser incomodado, pois qualquer mudança no nosso habitat, onde vivemos, pode dar cabo de nós. Foi então que decidiram proteger-nos. Até fizeram uma lei para me proteger, a mim e à minha família, pois passámos a ser uma "espécie em perigo"!

Com esta mudança conseguimos regressar aos poucos a alguns rios do norte como o Neiva, o Cávado, o Paiva, o Rabaçal e o Tuela. Fomos para rios onde íamos vendo que começavam a ter condições para vivermos. Fomos voltando timidamente, com medo. Hoje em Portugal só somos cerca de um décimo da população que já houve em tempos, há quase um século atrás.

Eu cá, vim para o rio Beça quando era apenas uma pequena larva, agarrada às guelras da, Guilhermina, a minha amiga truta. Gostei imenso deste rio! A água era livre e fresca e sabia a montanha silvestre. Escolhi uma zona do fundo do rio, onde a Guilhermina me largou, e agora vivo aqui meia enterrada na areia, a filtrar esta água, feliz. Mas há uns tempos vi a minha vida a andar para trás quando a Guilhermina me veio dizer assustada, que iam construir uma barragem enorme aqui perto, em Padroselos. Portugal já tem mais de 160 barragens, mas ainda assim as pessoas decidiram construir mais dez. Isto tudo porque as pessoas se queixavam que precisavam de mais eletricidade para poderem ligar as suas televisões, computadores, aquecedores, etc... Como cada vez as pessoas gastam mais electricidade, acham que precisam de mais barragens. Mas se construíssem esta barragem eu não poderia viver mais aqui!

Quando decidiram construir a barragem ainda ninguém sabia que no rio Beça havia mexilhões como eu. Como devem imaginar, tentamos ser discretos. Os mexilhões gostam da sua vida tranquila, não se metem com ninguém e não gostam que se metam com eles. Mas esta notícia aterrorizadora ía destruir-nos, não podia ficar dentro das minhas conchas e ignorar o que se estava a passar!

Um dia a Guilhermina, que anda sempre rio acima e rio abaixo, veio-me dizer que um grupo de cientistas vinha visitar o rio para o estudar e decidir qual o melhor sítio para construir a barragem. Era a minha oportunidade! Combinei com a Guilhermina e quando os cientistas apareceram, ela levou-me até ao sítio onde eles andavam a recolher amostras. Primeiro eles não me estavam a ver, mas depois lembrei-me que se calhar tinha a concha suja e a confundir-se com a areia do fundo. Dei uma polidela à concha e de repente ouviu-se um "ah" de espanto em conjunto!

Ninguém imaginava que no Beça também existiam mexilhões. De imediato voltaram para a cidade e informaram os Srs. de gravata sobre esta descoberta. Os Srs. de gravata ainda disseram que iam pegar nos mexilhões e coloca-los noutro sítio – mas tal não ia resultar e como a lei que nos protege é mais forte que a vontade dos Srs. de gravata, impediram a construção da barragem.

E foi assim que consegui salvar o rio Beça e a minha família e amigos. Ufa!

Conhecem a expressão "quem se lixa é o mexilhão"? Pois Desta vez não se "lixou o mexilhão". Mas esta história ainda não acabou... Desta vez safei-me, mas há outras barragens para serem construídas e há outros mexilhões e outros seres vivos que vão ficar sem o seu habitat.

Enquanto as pessoas continuarem a gastar eletricidade a este ritmo, e se continuarem a fazer mais barragens, muitos seres vivos continuarão ameaçados. Há outras formas para as pessoas terem eletricidade. O sol. O vento. As marés... Até um mexilhão no fundo do rio Beça sabe disso. Mas acima de tudo devem poupar! Poupar a energia, gastar menos para que não se tenha que produzir mais.

Desliga o botão, protege o mexilhão!

ÁGUA/OCEANOS

DR 211 SÉRIE I de 2011-11-03
Portaria n.º 289/2011 - MAMAOT
Exclui do anexo à Portaria n.º 462/2001, de 8 de Maio, vários cursos de águas salmonídeas

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/ CAÇA/PESCA

DR 217 SÉRIE I de 2011-11-11
Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A – RAA - AL
Estrutura o Parque Marinho dos Açores

DR 219 SÉRIE I de 2011-11-15
Lei n.º 56/2011 - AR
Altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de atividades perigosas para o ambiente, procede à 28.ª alteração do Código Penal e transpõe a Directiva n.º 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, e a Directiva n.º 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro

DR 221 SÉRIE I de 2011-11-17
Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 26/2011/A – RAA - AL
Recomenda a valorização do rendimento da pesca e promoção da sustentabilidade dos recursos marinhos

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/ POLUIÇÃO DO AR /MOBILIDADE

DR 208 SÉRIE I de 2011-10-28
Portaria n.º 284/2011 - MEE
Atualiza o tarifário da eletricidade aplicável no ano de 2012

Portaria n.º 285/2011 - MEE
Fixa a percentagem de redução anual da tarifa de eletricidade aplicável às unidades de miniprodução

DR 209 SÉRIE I de 2011-10-31
Portaria n.º 286/2011 - MEE
Determina o coeficiente Z para projetos eólicos offshore com utilização de plataformas flutuantes

DR 216 SÉRIE I de 2011-11-10
Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011 - PCM
Aprova o Plano Estratégico dos Transportes para o horizonte 2011-2015

DR 220 SÉRIE I de 2011-11-16
Portaria n.º 297/2011 - MEE
Estabelece as reservas mínimas de segurança de gás natural de todos os consumos não interruptíveis

DR 222 SÉRIE I de 2011-11-18
Decreto-Lei n.º 109/2011 - MEE
Procede, a título excecional, ao diferimento excecional do ajustamento anual do montante da compensação referente a 2010 devido pela cessação antecipada dos contratos de aquisição de energia, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro

DR 231 SÉRIE I de 2011-12-02
Portaria n.º 301/2011 – MEE; MAMAOT
Fixa o valor da compensação por cada título de biocombustíveis (TdB) em falta, prevista no Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de Outubro

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DR 211 SÉRIE I de 2011-11-03
Portaria n.º 288/2011 - MAMAOT
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Oliveira de Azeméis

DR 216 SÉRIE I de 2011-11-10
Portaria n.º 293/2011 - MAMAOT
Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Coimbra na área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro

DR 225 SÉRIE I de 2011-11-23
Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2011/A – RAA - PG
Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Pico

DR 244 SÉRIE I de 2011-12-22
Resolução da Assembleia da República n.º 154/2011 - AR
Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA)

Resolução da Assembleia da República n.º 155/2011 - AR
Recomenda ao Governo que proceda à avaliação e à revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA)

Resolução da Assembleia da República n.º 156/2011 - AR
Sobre o processo de revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA)

Resolução da Assembleia da República n.º 157/2011 - AR
Recomenda ao Governo que promova medidas mais eficazes na fiscalização e reforço das condições de proteção ambiental e de segurança do Parque Natural da Arrábida

DR 247 SÉRIE I de 2011-12-27
Portaria n.º 311/2011 - MAMAOT
Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Albergaria-a-Velha

RESÍDUOS

DR 220 SÉRIE I de 2011-11-16
Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A – RAA - AL
Estabelece o regime geral de prevenção e gestão de resíduos

OUTROS

DR 209 SÉRIE I de 2011-10-31
Portaria n.º 287/2011 - MAMAOT
Estabelece medidas adicionais de proteção fitossanitária destinadas ao controlo, no território nacional, da bactéria de quarentena Erwinia amylovora (Burr.) Winsl. et al., responsável pela doença vulgarmente designada «fogo bacteriano»

DR 211 SÉRIE I de 2011-11-03
Resolução da Assembleia da República n.º 143/2011 - AR
Recomenda ao Governo medidas de incentivo ao consumo de produtos alimentares nacionais

DR 217 SÉRIE I de 2011-11-11
Decreto Legislativo Regional n.º 27/2011/A – RAA - AL
Reestrutura o sector empresarial regional na área da gestão do ambiente

DR 244 SÉRIE I de 2011-12-22
Resolução da Assembleia da República n.º 158/2011 - AR
Recomenda ao Governo que promova as medidas de promoção da reabilitação como estímulo ao arrendamento por parte da população, e em especial dos jovens

Resolução da Assembleia da República n.º 159/2011 - AR
Recomenda ao Governo a avaliação e revisão do apoio ao arrendamento jovem e a promoção da «reabilitação urbana low cost»

LEGENDA

AR – Assembleia da República
MAMAOT - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
MEE – Ministério da Economia e Emprego
MF – Ministério das Finanças
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MSSS - Ministérios da Solidariedade e da Segurança Social
PCM - Presidência do Conselho de Ministros
PCM – CJ - Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria-geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Fonte: Diário da República Electrónico – Sumários (http://dre.pt/)

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

PROPOSTAS DIDÁTICAS

ECO-RECEITA
ALMEIRÃO COM FEIJÃO BRANCO

Alexandra Azevedo

Ingredientes:

- 0,5 L de feijão branco,
- almeirões,
- azeite,
- sal.

Modo de preparação:

Põe-se o feijão de molho de um dia para o outro e coze-se. Escolhem-se os almeirões e cozem-se em água e sal. Escorrem-se bem, apertando-os e fazendo bolas. Escaldam-se, para perderem o sabor amargo, escorrem-se novamente e misturam-se com o feijão. Servem-se regados com azeite.

(Sabores da Nossa Infância, Comissão de Festas de Nossa Senhora da Assunção-2002, Minde 2002)

Alexandra Azevedo

Almeirão

Alexandra Azevedo

Chicória

ROSTOS QUERCUS

Nome: Ana Cristina Rodrigues das Neves Ferreira da Costa

Idade: 44 anos

Função na Quercus: Presidente da Direção do Núcleo de Braga

Descrição das funções que desempenha:
Como Presidente do Núcleo de Braga, cabe-me a mim orientar as reuniões semanais (às quintas-feiras, a partir das 21h30, na nossa sede: Urbanização das Andorinhas, loja 7, em Braga) e motivar os sócios ativos, todos eles voluntários, tentando sempre que possível arranjar mais recursos humanos, elaborando atividades, criando condições para que as mesmas tenham sucesso e representando a associação em solicitações distritais. Além disso, sou a responsável pela Educação para a Sustentabilidade dentro do Núcleo, pelo que sou eu que normalmente realizo as atividades habitualmente denominadas de "sessões de educação ambiental".

Como aconteceu a sua vinda para a Quercus:
Quando entrei para o curso de Biologia/Geologia, apercebi-me que, o tempo que já achava ter disponível ao acabar o liceu, agora com os conhecimentos que estava a adquirir, poderia ser utilizado para o bem de todos e da natureza. Então contactei com a Quercus e com outra associação ambiental, tendo acabado por optar por esta.

Em que área de trabalho da Quercus mais se revê:
Com a formação na área de ensino e, entretanto, também em engenharia do ambiente, reconheço-me mais na área de sensibilização para a sustentabilidade, e é nisso que acabo por investir mais, sendo, por influência, a área que o Núcleo de Braga mais aposta e, mesmo a minha atividade profissional, é reflexo da mesma apetência, já que trabalho nessa área no Município de Braga.

O que mais me preocupa em matéria ambiental:
O que mais me preocupa na área ambiental é a exploração insustentável do planeta, em todas as frentes, por isso mesmo considero essencial a educação para a sustentabilidade nas várias modalidades em que se possa realizar.

Diga-nos o que faz todos os dias pelo ambiente:
Diariamente o meu esforço pela preservação do ambiente começa no facto de racionar o volume da água do banho, aproveitando ainda, enquanto a água aquece, para a deitar num balde e depois usando-a na sanita. Uso produtos biológicos e, sempre que possível, locais e sazonais, às refeições. Estou, gradualmente, a reduzir o consumo de carne, dando mais importância às leguminosas. Vou a pé para o trabalho. Quando me desloco para longe, tento sempre fazê-lo de comboio ou partilhando o automóvel. Tenho uma caixa de vermicompostagem na varanda, dado que vivo num apartamento. Tenho lâmpadas de baixo consumo e aderi ao sistema bi-horário no que diz respeito a consumo energético. Tenho um candeeiro solar que coloco de manhã no parapeito da janela e à noite ilumina-me o corredor. Reutilizo grande parte dos recipientes que me vêm parar às mãos: sacos de papel do pão para levar o lanche, caixas de plástico para colocar sobras no frigorífico, ou para oferecer minhocas a outras pessoas para iniciarem o seu processo de vermicompostagem. Recolho rolhas para o rolhinhas. Possuo iogurteira para reduzir a produção de resíduos de embalagens. Encho a minha garrafa com água da torneira.Ando agora à procura de um relógio de pulso sem pilha, o que está a ser um pequeno desafio! Enfim, mil e uma coisas que todos podemos, e devemos, fazer!

PEDIDO

VOLUNTÁRIOS ESPECIALISTAS

O Núcleo Regional de Lisboa procura voluntários especialistas nas áreas de:

Agronomia, Arquitectura Paisagista, Biologia, Direito do Ambiente, Engenharia do Ambiente, Geografia (Planeamento/SIG), Urbanismo, entre outras.

O objetivo é a constituição de um Gabinete Técnico de apoio ao Núcleo para acompanhamento de denúncias ambientais, participação em consultas públicas, elaboração de pareceres e outras colaborações necessárias.

Os interessados deverão enviar o respectivo CV para lisboa@quercus.pt

PAGAMENTO DE QUOTAS

A Direção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento das quotas. Se quiser pagar por cheque aproveite o envelope rsf que lhe enviámos no final do ano com a informação sobre quotas em falta (enviado aos sócios que deviam ainda o ano 2012 e anos anteriores). Pode também pagar por vale postal. Se preferir pagar por transferência bancária utilize a seguinte conta da CGD com o NIB: 0035 0239 0001 2649 6306 5 (neste caso informe-nos da data e montante transferido através dos contatos da gestão de sócios: 284 321326 ou 93 7788473 ou para o e-mail: gestaosocios@quercus.pt. O valor das quotas para 2010 é igual ao dos anos anteriores ou seja adulto 20,00 €; estudantes até aos 26 anos 13,00 €; jovens até aos 15 anos 8,00 €; coletivos 45,00 €.

Notícias com a "newsletter" da Quercus

Com o objetivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado o "Boletim Quercus". Esta edição semanal está associada ao site da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em **www.quercus.pt**.

Imprima e envie para QUERCUS-ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 * 7801-903 Beja

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios

E-mail: gestaosocios@quercus.pt * Telf.: 284 321 326

Boletim de Admissão a Sócio

A preencher pela Quercus

Nº Sócio	Estatuto
Núcleo	**Data**

Nome:

Sexo (F/M):

Morada:

Localidade: C.P. __ __ __ __ - __ __ __

Concelho: Distrito: País:

Telefone: Fax: E-mail:

BI nº: Data Nasc: / / Nacionalidade:

Nº de Contribuinte: Profissão:

Data: Assinatura:

Quota anual: Júniores (até 16 anos) - 8 Euros | Estudantes (até 25 anos) - 13 Euros | Adultos - 20 Euros | Colectivos - 45 Euros

Modo de Pagamento

☐ Numerário | Valor _____
☐ Cheque/Vale Postal* | Nº _____ Banco: _____ Valor: _____
☐ Transferência Bancária* | Data: _____ Valor: _____

A preencher pela Quercus

Recebido (Núcleo/CEA/etc.) **Receptor da Inscrição**

* Deve ser enviado juntamente com esta ficha o cheque/vale postal/comprovativo de transferência bancária.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE: Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

MORADA: Centro Associativo Bairro do Calhau, Bairro do Calhau, 1500-045 Lisboa

TELEFONE: 217 788 474

FAX: 217 787 749

EMAIL QUERCUS AMBIENTE: jornal@quercus.pt

SITE QUERCUS: www.quercus.pt

DIRECTOR: Nuno Sequeira

DIRECÇÃO EDITORIAL: Idalina Perestrelo

MARKETING: Marcos Bartilotti

GRAFISMO: Ideia Clara. Design

COLABORARAM NESTE NÚMERO: Alexandra Azevedo; Américo Barbosa; Ana Cristina Costa; Ana Rita Antunes; Ângela Pereira; Armanda Gonçalves; Carla Graça; CIR – Centro Informação Resíduos; Cláudia Silva; Custódia Gonçalves; Direcção Nacional da Quercus; Ecocasa; Idalina Perestrelo; Grupo de Energia e Alterações Climáticas; Grupo Trabalho da Água; João Paulo Pedrosa; Núcleo Regional de Aveiro da Quercus; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus; Núcleo Regional da Guarda da Quercus; Núcleo Regional de Portalegre da Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Nuno Miguel Dias; Nuno Sequeira; Paula Silva; Paulo Magalhães; Planetazul; Rui Berkemeier; Samuel Infante; Sara Campos; Rajesh Pai; Susana Fonseca; Tiago Correia; Zito Colaço

FOTOS: Alexandra Azevedo; Ana Mineiro; Ana Moreira; Ana Rita Antunes; Bruno Almeida; Hélder Spínola; Idalina Perestrelo; Manuel Antonio Almeida; Nicolau Fernandes; Paulo Magalhães; Paula Silva; Ricardo Nabais; Zito Colaço

IMPRESSÃO: Mirandela Artes Gráficas

TIRAGEM: 10 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL Nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

MECENAS PRINCIPAL

REN Redes Energéticas Nacionais

MECENAS JORNAL

valorpneu

VEOLIA ÁGUA

VENHA DESENHAR E PINTAR AO AR LIVRE

Para assinalar o Dia Mundial das Zonas Húmidas, 2 de Fevereiro, o Grupo de Trabalho de Desenho de Campo e Ilustração Científica vai realizar uma **sessão livre de desenho de campo** dedicada ao tema, no fim de semana seguinte.

A sessão é gratuita e aberta a todos os interessados com experiência ou gosto por pintura, desenho e artes gráficas, sendo os materiais também à escolha dos participantes (grafite, carvão, lápis de cor, aguarela, etc.).

O local de encontro será em Sarilhos Pequenos, no Concelho da Moita (30 mins de Lisboa). Os interessados deverão contactar previamente com Paula Silva para mais detalhes sobre o horário, local e como chegar: **paulasilva@quercusancn.pt**